

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Ana Paula Floss Pedrotti

**A PRÁTICA DE PSICÓLOGOS QUE ATUAM NO CRAS:
O OLHAR DA TEORIA BIOECOLÓGIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Santa Maria, RS
2018

Ana Paula Floss Pedrotti

**A PRÁTICA DE PSICÓLOGOS QUE ATUAM NO CRAS:
O OLHAR DA TEORIA BIOECOLÓGIA DO DESENVOLVIMENTO
HUMANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS) como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Psicologia**.

Orientador(a) Prof.^a Dr.^a Samara Silva dos Santos

Santa Maria, RS
2018

Ana Paula Floss Pedrotti

**A PRÁTICA DE PSICÓLOGOS QUE ATUAM NO CRAS:
O OLHAR DA TEORIA BIOECOLÓGIA DO DESENVOLVIMENTO
HUMANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS) como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Psicologia**.

Aprovado em 13 de julho de 2018:

Samara Silva dos Santos, DRA (UFSM)
(Presidente/Orientador(a))

Josiane Lieberknecht Wathier Abaid, DRA (UFN)



Roberta Fin Motta, DRA (PUCRS)
(por videoconferencia)

Santa Maria, RS
2018

Pedrotti, Ana Paula Floss

A PRÁTICA DE PSICÓLOGOS QUE ATUAM NO CRAS: O Olhar Da
Teoria Bioecológica Do Desenvolvimento Humano / Ana Paula
Floss Pedrotti.- 2018.

75 p.; 30 cm

Orientadora: SAMARA SILVA DOS SANTOS

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Psicologia, RS, 2018

1. PSICOLOGIA 2. DESENVOLVIMENTO HUMANO 3. CRAS 4.
Assistência Social 5. Teoria Bioecológica I. SILVA DOS
SANTOS, SAMARA II. Título.

*Dedico este trabalho a minha família
e aos bons encontros que a Psicologia
e as Políticas Públicas me trouxeram.*

AGRADECIMENTOS

Venho aqui expressar a minha gratidão a aqueles que, de alguma forma, foram importantes nessa trajetória e possibilitaram cada um a sua maneira, que este caminho chegasse a um fim.

- Agradeço à minha Orientadora Samara, que sempre acreditou em mim e me acompanhou em todo esse percurso de desenvolvimento. Me ensinou a evoluir, a ser persistente e a me desafiar. Foi um processo complexo mas que vai ficar marcado sempre, pela amizade, conversas, conselhos, risos e trocas que tivemos.

- Grata a minha Banca, nas pessoas da Roberta e Josiane. Vocês vêm acompanhando todo esse processo comigo e me auxiliando a melhorar, sou muito grata por terem aceitado esse convite, dividir comigo seu conhecimento e me auxiliando sempre.

- Às minhas duas colegas e amigas, Thaíse e Vanessa. Vocês abrilhantaram todos esses dias com risos, conselhos, catarses e união. Não sei como seria o mestrado se não tivesse vocês nessa jornada. Sempre dando apoio uma a outra, ou dividindo as frustrações.

- Aos meus colegas de trabalho, que já me conheceram em meio essa loucura e sempre me apoiaram.

- Ao meu local de trabalho e pesquisa, pela acolhida e carinho que dedicaram.

- Aos meus amigos, esses espalhados por vários lugares, vocês sempre me deram força para eu ser perseverante e estar aqui hoje. Em especial agradeço a Ana Luíza que dividiu muito desses momentos de angústia, a Liana que auxiliou, dividiu conhecimentos e me deu força a continuar e a Taís que sempre me deu muito apoio e acreditou em mim.

- Minha gratidão à minha família, aos meus pais Ari e Ieda que sempre me proporcionaram carinho, amor e uma vida maravilhosa; as minhas duas irmãs, Bruna e Raquel, as melhores amigas, companheiras e confidentes que poderia ter. Ao meu primo André (*in memoriam*) que não está mais aqui, mas que deixou uma vida de ensinamentos e admiração.

- A Deus que em cada momento me deu a força e a coragem para seguir em frente.

- E a todos que de forma direta ou indireta estiveram no meu caminho e nessa relação modificaram algo em mim, OBRIGADA.

“Não é o crítico que importa; nem aquele que aponta onde foi que o homem tropeçou ou como o autor das façanhas poderia ter feito melhor. O crédito pertence ao homem que está por inteiro na arena da vida, cujo rosto está manchado de poeira, suor e sangue; que luta bravamente; que erra, que decepciona, porque não há esforços sem erros e decepções; mas que, na verdade, se empenha em seus feitos; que conhece o entusiasmo, as grandes paixões; que se entrega a uma causa digna; que, na melhor das hipóteses, conhece no final o triunfo da grande conquista e que, na pior, se fracassar, ao menos fracassa ousando grandemente.”

Trecho do discurso “O Homem na Arena”,
por Theodore Roosevelt, em 23 de abril de 1910.

RESUMO EM PORTUGUÊS

A PRÁTICA DE PSICÓLOGOS QUE ATUAM NO CRAS: O Olhar Da Teoria Bioecológica Do Desenvolvimento Humano

AUTORA: Ana Paula Floss Pedrotti

ORIENTADORA: Samara Silva dos Santos

A prática do psicólogo dentro da Política Pública da Assistência Social é perpassada por diversas variáveis que repercutem no dia-a-dia de trabalho, que partem de questões mais pessoais, processos, ambientes de trabalho e no tempo. Para pensar sobre a atuação do psicólogo no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) primeiro é preciso compreender a profissão de Psicólogo no Brasil, o campo da Assistência Social, os níveis de Proteção Social até chegar ao Psicólogo atuando no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). A presente pesquisa, caracterizada como qualitativa, consiste em um estudo de caso exploratório focado em um fenômeno, tendo como objetivos analisar dentro do contexto do CRAS a atuação profissional/prática profissional de uma psicóloga, compreendendo os aspectos biopsicológicos da pessoa e sua reciprocidade nas dimensões de disposição, recursos e demanda que intervém no próprio desenvolvimento com relação ao seu trabalho, expressando como processos proximais são desenvolvidos e seus efeitos de competência e disfunção neste contexto do trabalho, buscando entender como os contextos, desde o micro ao macrosistema, em que o psicólogo está atuando influenciam reciprocamente no desenvolvimento da pessoa no trabalho e relatando os aspectos de tempo e as modificações que ocorrem quanto à continuidade, periodicidade e historicidade que afetam os processos proximais. Para isso, foram realizados dois procedimentos para a coleta de dados, o primeiro chamado de Inserção Ecológica, sendo realizado o acompanhamento de uma profissional psicóloga por cinco semanas, em todas as suas atividades conforme o local de trabalho permitisse. O segundo instrumento utilizado foi uma entrevista semiestruturada. Como resultados foram observados, conforme o Modelo PPCT, no aspecto pessoa através das habilidades, ser mulher, responsabilidade, ética, desmotivação, no aspecto processos proximais através do trabalho em equipe e com o usuário e a família, no contexto a relação entre a psicóloga, assistente social e o usuário, equipe do CRAS, a gestão de governo, relação com as demais políticas públicas e na dimensão tempo a carga horária e agenda de trabalho, história de vida, momento atual do Brasil. Por fim, conclui-se que a atuação do psicólogo irá depender da relações e retroalimentação que os elementos da PPCT vão adquirir e produzir o desenvolvimento deste profissional, também entendendo que por se tratar de uma política pública, a atuação também dependerá dos investimentos que serão direcionados a ela e na mudança social.

Palavras-chave: Psicologia. Prática. Assistência Social. Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano.

ABSTRACT

THE PRACTICE OF PSYCHOLOGISTS WHO WORK IN CRAS: The Optic Of Ecological Theory Of Human Development

AUTHOR: Ana Paula Floss Pedrotti

ADVISOR: Samara Silva dos Santos

The practice of the Psychologist within the Public Policy of Social Assistance is permeated by several variables that have repercussions in the day to day work, starting from more personal issues, processes, work environments and in time. To think about the psychologist's role in the Unified Social Assistance System (SUAS) we first need to understand the Psychology profession in Brazil, the Social Assistance field, the Social Protection levels until reaching the Psychologist working at CRAS. The present research, characterized as qualitative, consists of an explanatory case study focused on a phenomenon, aiming to analyze within the context of CRAS the professional / professional practice of the psychologist, understanding the biopsychological aspects of the person and their reciprocity in the dimensions of disposition, resources and demand that intervenes in the development itself in relation to their work, expressing how proximal processes are developed and their effects of competence and dysfunction in this work context, trying to understand how the contexts, from the micro to the macrosystem, in which the psychologist are acting mutually influence on the development of the person at work and reporting the aspects of time and the changes that occur in the continuity, periodicity and historicity that affect the proximal processes. For this, two procedures were performed for the research, the first one called Ecological Insertion, being followed up by a professional psychologist for five weeks, in all its activities in the workplace. The second instrument used was a semi-structured interview. As results were observed, according to the PPCT Model, in the person aspect through the abilities, being woman, responsibility, ethics, demotivation, in the aspect of proximal processes through team work and with the user and the family, in the context the relationship between the psychologist , social worker and user, CRAS team, government management, relationship with other public policies and in the dimension time the workload and work schedule, life history, current moment of Brazil. Finally, it is concluded that the performance of the psychologist will depend on the relationships and feedback that the elements of the PPCT will acquire and produce the development of this professional, also understanding that because it is a public policy, the performance will also depend on the investments that will be and social change.

Keywords: Psychology. Practice. Social Assistance. Ecological Theory of Development

LISTA DE SIGLAS

AB- Atenção Básica

CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS- Centro de Referência em Assistência Social

CREAS- Centro de Referência Especializado em Assistência Social

LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social

NOB/SUAS – Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social

NOB-RH – Normas Operacionais Básicas de Recursos Humanos

PPCT- Pessoa, Processo, Contexto e Tempo

PAIF – Proteção e Atendimento Integral a Família

PNAS- Política Nacional de Assistência Social

PSB – Proteção Social Básica

PSE- Proteção Social Especial

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS- Sistema Único de Saúde

SCFV- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

TBDH- Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1. INTRODUÇÃO.....	15
2. CAPÍTULO 1: REVISÃO DE LITERATURA.....	19
2.1 PROFISSÃO PSICOLOGIA NO BRASIL	19
2.2 A CONSTRUÇÃO DO CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	22
2.3 TEORIA BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	28
3. CAPÍTULO 3: MÉTODO	31
3.1 QUESTÃO DE PESQUISA:	31
3.2 OBJETIVOS	32
3.2.1 Objetivo Geral:	32
3.2.2 Objetivos Específicos:	32
3.3 DELINEAMENTO	32
3.4 PARTICIPANTES.....	33
3.5 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	34
3.6 ANÁLISE DOS DADOS.....	35
3.7 PROCEDIMENTOS ÉTICOS	36
4. CAPÍTULO 3: RESULTADOS E DISCUSSÕES	37
4.1 PROCESSO	37
4.2 PESSOA.....	41
4.3 CONTEXTO.....	47
4.4 TEMPO.....	54
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	59
ANEXO A.....	65
ANEXO B	68
ANEXO C	69
ANEXO D.....	70
ANEXO E	72

APRESENTAÇÃO

A Dissertação de Mestrado ¹compõe a pesquisa intitulada “A Prática De Psicólogos Que Atuam Nos Centros De Referência Em Assistência Social Pelo Olhar Da Teoria Bioecológica Do Desenvolvimento Humano”. O interesse na área advém da inserção no campo da Assistência Social, atuando em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), que instigou compreender a atuação do psicólogo na Proteção Social Básica pensando o desenvolvimento biopsicossocial do profissional, através da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano que põe a pessoa como centro do seu desenvolvimento baseado nos processos que estabelece nos contextos que circula.

Uma pesquisa é feita de processos e etapas que a fazem passar do plano das ideias para a execução e redação final dos resultados. Como muitas dissertações, essa também sofreu algumas alterações até chegar a sua forma final e, na certeza de que esse final ainda não chegou. Contarei aqui brevemente algumas das mudanças pelas quais a pesquisa passou em seu contato com os diferentes contextos, questões das disposições, recursos e demandas que intervíram nesse desenvolvimento ao longo deste tempo de dois anos e meio, onde inúmeros processos proximais aconteceram e na reciprocidade das relações, deixaram uma pequena marca nesta pesquisa.

O primeiro processo proximal que tem de ser destacado é a aproximação da pesquisadora com a orientadora, que nas primeiras conversas começaram a pensar na temática central para o projeto, que, dado o momento da pesquisadora como uma funcionária da atenção primária em saúde, seria uma pesquisa vinculada a Política Pública da Saúde. Ao longo da elaboração desse projeto, a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento juntou-se ao tema e assim pensado o objetivo “Investigar como os psicólogos que atuam na Atenção Primária em Saúde (APS) percebem seu trabalho perpassando por fragilidades e potencialidades que interagem com a prática em si e com o outro”.

Outro processo proximal que influencio para a elaboração e melhoria deste projeto foram as duas professoras que se dispuseram, ao aceitar o convite, de embarcar nessa jornada e contribuir (muito) na elaboração deste projeto. No primeiro contato, na pré-qualificação, já

¹ Está organizada no formato de Dissertação, conforme o Manual de Dissertações e Teses da UFSM¹, com as partes fundamentais: Introdução, Desenvolvimento – Revisão de Literatura, Método e Resultados – e as Considerações Finais. Foi optado neste formato devido a dificuldade em separar os resultados em artigos distintos, por se entender que, para melhor compreensão, é necessário a leitura do todo, em conformidade com a proposta teórica escolhida.

foram pontuados aspectos para a mudança e esse primeiro projeto se transformou em algo mais. As mudanças apontaram para um caminho diferente, onde a Teoria Bioecológica tomara o papel central na busca para analisar dentro do contexto do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) a atuação profissional/prática profissional do psicólogo, buscando compreender os aspectos da pessoa, suas disposições, recursos e demandas que influenciam no seu desenvolvimento, os processos estabelecidos, os contextos através dos níveis micro, meso, exo e macrosistema e o fator tempo.

Mas, antes deste projeto ser qualificado para poder ser realizada a pesquisa, houve uma mudança importante. A pesquisa trataria de uma Inserção Ecológica, onde seria acompanhado por um período de tempo um profissional Psicólogo que atuasse num NASF, mas isso deixou de ser possível quando a pesquisadora foi chamada para assumir o cargo de Psicóloga na Assistência Social de um município. Então, vem à segunda mudança, agora na temática, que antes era Saúde e, passa a ser, Assistência Social.

O projeto de pesquisa foi todo alterado para ser da Assistência Social, o que demandou novas leituras, busca de literatura na área, a apropriação do campo da Assistência Social e a inserção nessa política. Essa inserção enquanto profissional auxiliou para entender a fundo como funciona a Política de Assistência Social, principalmente o nível da Proteção Social Básica por estar atuando em um CRAS. Após essa inserção, o projeto passou pelas mudanças necessárias e aceites institucionais até ser qualificado.

A fase de coleta de dados, através da observação, dos diários de campo e da entrevista se estendeu, um pouco pelas demandas e rotinas de trabalho, até serem concluídas. Nesse período, foi possível ter uma Inserção Ecológica no campo, tomando conhecimento sobre a história do serviço, a organização do CRAS e da Assistência Social no município e desenvolver uma relação proximal com a participante e com o microsistema de pesquisa, algo que talvez ficasse mais difícil se a pesquisa fosse executada num ambiente diferente, em que não houvesse essa ligação com o local de trabalho.

Como mecanismos para o distanciamento do campo para melhor realizar a análise, foram utilizadas as discussões em orientação, os resultados passaram pela análise de juízes buscando um olhar neutro sobre os dados e, por fim, a saída de férias para a elaboração final da dissertação. Todas essas ferramentas auxiliaram para que os dados da pesquisa tivessem validade, bem como a pesquisa manter o caráter ético.

Uma pesquisa é feita de processos. A cada momento algo pode acontecer, novos elementos entram na história e modificam o planejamento de tudo. Mas está aí a riqueza e complexidade que o desenvolvimento humano pode ser. Cada elemento, ambiente, processo,

pessoa e tempo interagem constantemente e vão modificando esse caminho, por vezes apontando para novas propostas, por vezes dificultando a caminhada. A grandeza está em compreender que isso tudo faz parte e que, ao final, acontecerá o melhor.

Na Introdução é explanado sobre a atuação do Psicólogo na Assistência Social, trazendo elementos centrais desta relação. É feita a apresentação da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano que conduzirá toda a pesquisa e a postura metodológica que será adotada, sendo a pesquisa contextualista. A revisão de literatura apresenta a Profissão da Psicologia no Brasil, com elementos da história da profissão. O campo da Assistência Social é abordado em questões históricas e de marcos legais que possibilitaram a prática atual da Assistência Social que é fruto de diversos movimentos que propuseram a defesa da cidadania e o acesso aos direitos sociais, dividida em níveis de Proteção Social e a entrada da Psicologia na Política de Assistência Social, de modo especial no CRAS. O percurso metodológico e o método demonstram o desenho da pesquisa. Os resultados e discussão são apresentados a partir das quatro categorias de análise conforme o Modelo Processo-Pessoa-Contexto e Tempo. Por fim, as considerações finais, referências e anexos.

1. INTRODUÇÃO

A Prática do Psicólogo no âmbito da Assistência Social sempre esteve presente, mas em termos formais inicia em 2004 e dada à realidade atual do Brasil que é marcada como um período de crise política e social, tendo como protagonistas os governantes e, como "bode expiatório" as políticas públicas e sociais, a discussão sobre essa prática se faz necessária e emergente (YAMAMOTO 2016, CREPOP, 2009). A Assistência Social como campo de atuação começa a ser construída com a Constituição Federal de 1988 que traz a Assistência Social integrada a Saúde e a Previdência Social, constituindo o Sistema Brasileiro de Seguridade Social (CREPOP, 2009). Desde esse início até agora já foram modificadas diversas questões quanto às leis e a própria ideia de Assistência Social, que saiu da prática de assistencialismo para uma prática de promoção de autonomia dos sujeitos. Com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, que foi um marco fundamental no processo histórico, houve esse redesenho da política e a implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. O SUAS pode ser dividido entre a Proteção Social Básica – PSB que atua na promoção, prevenção e proativo na garantia de direitos e a Proteção Social Especial – PSE, que tem por público pessoas que tiveram seus direitos violados (BRASIL, 2013).

A inserção do Psicólogo na Assistência Social é impulsionada a partir das últimas décadas, em especial com o SUAS brasileiro que traz, nas Normas Operacionais Básicas de Recursos Humanos (NOB/RH) o Psicólogo como integrante da equipe de referência do Centro de Referência em Assistência Social -CRAS, Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS e das casas de acolhimento, atuando tanto na PSB quanto na PSE (MOTTA, SCARPARO, 2013). Assim, o psicólogo inserido nas políticas sociais se depara com um cenário no qual, através das ações evidenciadas principalmente na Declaração do Milênio da ONU, em 2000, que trata, dentre outras, da extrema pobreza, dever ser garantido os mínimos sociais as pessoas, conforme a constituição federal (YAMAMOTO, 2016).

Para entender como o contexto de trabalho na Assistência Social afeta a prática do Psicólogo é necessário entender essas conexões entre a pessoa, o contexto e os processos em um determinado período de tempo. Deste modo, a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH) possibilita a análise das interações afetivas, relações de poder, desenvolvimento pessoal e as modificações temporais que perpassam o contexto de trabalho. Para isso, a teoria apresentou os quatro núcleos inter-relacionados, Pessoa, Processo,

Contexto e Tempo (PPCT), que sistematizam o modo de investigar, ampliando o escopo para pesquisa (PRATI *et al*, 2009).

O contexto da Proteção Social Básica e os processos proximais que ali acontecem interagem diretamente com as características da pessoa, sendo esta o profissional, usuário, etc., que passa por diferentes sistemas ambientais durante toda sua vida, como por exemplo, os estabelecimentos de assistência social, saúde, escolas, a própria família, entre outros. Podendo ser compreendido, assim, esses estabelecimentos de assistência social (CRAS, por exemplo) como sendo um microsistema que é atravessado por toda uma rede de sistemas que vão contribuindo para sua forma de ser, como a gestão do desenvolvimento social, as coordenadorias regionais, até os planos nacionais do Ministério do Desenvolvimento Social. Este ambiente é influenciador e influenciado pelos indivíduos que o frequentam, sendo o Psicólogo um dos tantos que se desenvolvem e reinventam, construindo relações afetivas, simbólicas e sociais cada vez mais complexas, de vínculos proximais (PRATI *et al*, 2009; BRONFENBRENNER, 2011). Dessa forma, a presente pesquisa parte da seguinte questão investigativa: como se desenvolvem as práticas/atuções de psicólogos no contexto de trabalho do CRAS.

Nesta pesquisa, para dar conta deste problema foram necessárias algumas posturas metodológicas como a ampliação do foco para contextualizar o fenômeno, suas interações e retroalimentações e a aposta nos processos de auto-organização percebendo que o sistema é dinâmico e possui forças próprias. Ao fazer uso da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH), que é contextualista, é necessário compreender que o conhecimento é construído no social e visto como realidade parcial, a partir das interações de cultura, história e poder. Os indivíduos são estudados dentro desses contextos complexos, que se influenciam mutuamente. Identifica-se que estes elementos da teoria Geral dos Sistemas se assemelham aos conceitos básicos da TBDH, como a visão do todo, a retroalimentação e integração entre os sistemas. A TBDH traz formas alternativas de tratar os objetos de investigação e as implicações do pesquisador, como a aproximação e integração ao campo de pesquisa, a visão dos processos dentro dos diversos níveis, desde os micro até os macrosistemas, a influência do pesquisador nos elementos do processo, contexto, tempo e da pessoa, etc. (BRONFENBRENNER, 2011; MINAYO, 2014).

Será utilizada a perspectiva epistemológica do pensamento sistêmico que influenciou a TBDH, tendo advindo da Teoria Geral dos Sistemas, que tem como expoente principal L. Bertalanfy. A Teoria Geral dos Sistemas consiste em estudar os princípios gerais que poderiam ser aplicados as diversas áreas, como a física, biologia, sociologia e a Psicologia. O

conceito diz de uma interação ou relação entre os componentes que torna os elementos interdependentes e diferenciados de um aglomerado de pares independentes. Os fenômenos devem ser considerados como parte de um todo e não como elementos isolados, possuindo caráter global, circular e são retroalimentados, possuindo uma equifinalidade (GOMES, *et al*, 2014). A epistemologia sistêmica auxilia os profissionais, pois traz a compreensão da complexidade que é o fenômeno social, além de reconhecer a necessidade da ação interdisciplinar em conformidade com os princípios do SUAS (BRONFENBRENNER, 2011; MINAYO, 2014; GOMES, *et al*, 2014).

Pensando então, nessa relação complexa entre a Psicologia e o campo da Assistência Social e, articulando ao pensamento sistêmico, o construtivismo social vem a somar na discussão, pois é, em termos epistemológicos, uma forma de pensar pós-moderna, denotando uma postura crítica que entende que as verdades são constituídas em contextos e tempos específicos, no qual a construção da realidade se dá a partir dessa relação. O Construtivismo Social é uma ferramenta que possibilita compreender o processo de vulnerabilidades em suas relações com os demais contextos, os indivíduos e a cultura (CADONÁ, SPARCARO, 2014).

Sabe-se que existem diversos estudos que falam da relação do psicólogo com a Assistência Social e, em especial a Proteção Social Básica (PSB) e sua inserção neste campo (ANDRADE, ROMAGNOLI, 2010; SILVA, CORGOZINHO, 2011; SENRA, GUZZO, 2012; CARLSON, PINHEIRO, 2013; MOTTA, SCARPARO, 2013; OLIVEIRA *et al*, 2014; MOTTA, CASTRO, PIZZINATO, 2015). Muitos destes tratam do ajustamento das ferramentas da prática do psicólogo para o contexto coletivo, dos desafios em que o campo das políticas pública implica e as possibilidades dentro deste campo de atuação.

Porém, se percebe que há uma lacuna nos estudos quando se refere à relação entre o desenvolvimento do profissional psicólogo e seu trabalho. Relação que é perpassada pelas políticas nacionais do SUAS, currículos de graduação diversos, desenvolvimento pessoal do psicólogo e sua inserção no contexto das políticas públicas, questões históricas, tipo de inserção no SUAS, entre outros demais fatores que podem somar para que se tenham experiências singulares (SILVA, CORGOZINHO, 2011; OLIVEIRA, *et al*, 2011; CARLSON, PINHEIRO, 2013; MOTTA, CASTRO, PIZZINATO, 2015).

Somado a isso e a experiência de estar atuando no CRAS em uma cidade do interior do estado, conhecendo as dificuldades e potencialidades que esta prática oferece, surgiu o interesse em buscar maior conhecimento sobre a experiência desses profissionais que estão atuando na PSB que, por vezes, acabam por ter de lançar mão da criatividade para dar conta dos problemas que enfrentam.

Desta forma, se faz necessário um olhar sobre esses profissionais psicólogos que atuam na assistência social, principalmente os que desenvolvem atividades no CRAS, por ser uma política recente e em construção, que atua em contato com as outras áreas e deve se articular nas redes de cuidado, sendo um desafio ainda para o psicólogo. Pretende-se, assim, contribuir com a produção de conhecimentos, os quais podem ser difundidos às áreas de interesse como das humanas para um maior entendimento das especificidades que envolvem a referida experiência.

2. CAPÍTULO 1: REVISÃO DE LITERATURA

2.1 PROFISSÃO PSICOLOGIA NO BRASIL

A Psicologia tem como marco de sua regulamentação a Lei Federal nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. Desde então já se passaram pouco mais de 55 anos de mudanças, ampliação de campos de atuação, novos saberes e formas de intervenção. Historicamente, a Psicologia começa a aparecer no Brasil através da Medicina, onde se iniciam os primeiros debates sobre a área advinda do contexto internacional. Modelos europeus eram trazidos para o país e aplicados à elite brasileira, que era a quem a Psicologia servia num primeiro momento (BOCK, 2010; SOARES, 2010, AMORIM, 2010; YAMAMOTO, OLIVEIRA, 2010; YAMAMOTO, 2012).

Outro campo que contribuiu para o desenvolvimento da Psicologia no Brasil é o da Educação. O modelo escolar sofreu influência dos estudos dos testes psicométricos, aplicados a questões de inteligência e comportamento. Apareceram os primeiros cursos de aperfeiçoamento em Psicologia que foram se espalhando pelo país, produzindo conhecimentos sobre a área da Psicologia aplicada à Educação. Também nesta época, a Psicologia Industrial passa a ser aplicada a realidade brasileira, com estudos sobre seleção e orientação profissional (BOCK, 2010; SOARES, 2010, AMORIM, 2010; YAMAMOTO, 2012).

A Psicologia passou a ser uma área visada, tanto que se iniciam os projetos de Lei para torna-la uma área do saber. Primeiro, sendo correlacionada com a Filosofia e que, aos poucos, vai se separando e se tornando uma profissão. Mas, mesmo com todas essas mudanças ao passo de poucos anos, a Psicologia se detinha a um público restrito que poderia ter acesso a mesma, visto que os profissionais caminhavam desunidos em suas práticas privadas. Em 1971 se inicia o movimento a fim de criar uma cátedra de psicólogos unida, tendo como “problema” o diálogo entre a Psicologia enquanto ciência nova, os profissionais privados e uma sociedade que demandava do olhar desta profissão (BOCK, 2010; SOARES, 2010; YAMAMOTO, 2012).

A classe dos Psicólogos começava a se organizar. Foram conquistando espaço e voz na luta pelos direitos a exercer a profissão, mas com o distanciamento de práticas com as classes menos abastadas. Não é atoa que a Psicologia passou por dificuldades em transitar nas demais áreas, pois se detinha ao viés psicoterapêutico, algo que tem seus respingos até hoje no

imaginário social. A entrada dos psicólogos no campo das políticas sociais acontece no mesmo tempo em que a ciência e a prática psicológica estão se firmando no Brasil, o que impulsionou a abertura de campos para a atuação profissional (OLIVEIRA, COSTA, 2018). Na década de 70 é que se inicia o movimento pelo compromisso social da Psicologia, algo que já estava sendo discutido a nível internacional e que alguns psicólogos brasileiros estavam se propondo a pensar, mas era uma parcela pequena pois o público que ingressava nas Universidades eram da Elite ou, com a Ditadura, os filhos dos militares que podiam acessar à Educação (BOCK, 2010; SOARES, 2010, AMORIM, 2010; YAMAMOTO, 2012).

Na década de 80, alimentado pelos movimentos sociais, pela Ditadura e pelas associações da classe, a Psicologia se depara com a seguinte inquietação “qual é nossa identidade e qual é o nosso público?” Nesse movimento de construção de identidade, a entrada da Psicologia na Saúde Mental, com o movimento sanitaria, e a criação da Psicologia Comunitária deram uma nova cara e um novo público para a profissão. Assim, a Psicologia vai ganhando espaço e aprendendo a atuar junto à saúde e as comunidades, tornando-se liderança e tendo o compromisso social em discutir políticas junto à sociedade (BOCK, 2010; SOARES, 2010; GONÇALVES, 2010; YAMAMOTO, 2012; OLIVEIRA, COSTA, 2018).

As mobilizações populares vão ganhando força com a união dos movimentos sociais de natureza e posicionamentos diferentes mas que tinham uma luta comum, os direitos humanos e as políticas sociais, sensibilizando diversas classes profissionais e, principalmente, a saúde e a assistência social (OLIVEIRA, COSTA, 2018). Com isto, a Constituição Federal de 1988 representa um marco na história das políticas sociais brasileiras, apresentando a seguridade social - tripé entre as políticas de Saúde, Previdência e Assistência Social. Isso implicou na ampliação do campo dos direitos humanos e sociais, tirando a Assistência social do campo na caridade para a construção de cidadania, direito e política pública (CORDEIRO, 2018).

Seguindo nos anos 90 no Brasil, a nova atuação de psicólogos tem as questões sociais como um novo paradigma de trabalho. Quando o compromisso social da Psicologia é afirmado, à atuação voltada as realidades sociais, como um elemento da identidade da profissão, ganha força. Assim, a Psicologia passa a contribuir com as políticas públicas, suas formulações e modos de pensar os sujeitos, auxiliando na garantia dos direitos (AMORIM, 2010; SAADALLAH, 2011). Também nos anos 1990 ocorreu um aumento dos cursos de graduação em Psicologia e as mudanças nas diretrizes curriculares, possibilitando um novo horizonte à Psicologia (YAMAMOTO, COSTA, 2010).

Entre esses avanços do campo, alguns estudos apontaram que quase metade dos psicólogos formados não atuava na profissão, trazendo como reflexão se havia o desejo em se profissionalizar na área e também as dificuldades em ofertas de trabalho. Com a criação do Sistema Único de Saúde e do Sistema Único em Assistência Social, a Psicologia tem um novo papel em se reinventar e se aproximar das políticas públicas, inserindo seu conhecimento na área da Saúde e da Assistência Social, para trazer luz as questões subjetivas dos usuários e suas demandas (AMORIN, 2010; SAADALLAH, 2011; YAMAMOTO, COSTA, 2010).

Atualmente, segundo dados do CFP², somos mais de 314.000 psicólogos formados. No estado do Rio Grande do Sul somos pouco mais de 20.000, destes 10% são homens e os demais 90% são mulheres, porcentagem que se mantém com pouca variação para o restante do país, demonstrando que é uma profissão feminina³, traço que se mantém nas últimas décadas. Estudos apontam que o caráter feminino pode estar associado às características do exercício da profissão, por serem umas atividades de apoio social e vínculos empregatícios precários, tanto como remuneração como da contratação, talvez por se tratar, essencialmente, de uma profissão do cuidado (YAMAMOTO, OLIVEIRA, 2010; SAADALLAH, 2011; YAMAMOTO, COSTA, 2010).

Os campos de atuação estão se expandindo, conforme a contextualização histórica era uma profissão que atuava na grande maioria a nível individual e privado, mas isso foi modificando. Hoje, a área da Psicologia que tem maior número de profissionais atuando permanece sendo a psicologia clínica tradicional, a segunda a saúde, depois a organizacional e do trabalho, educação e, por fim, a área social e jurídica. Também há um crescimento na área acadêmica (YAMAMOTO, OLIVEIRA, 2010; SAADALLAH, 2011; YAMAMOTO, COSTA, 2010).

A Psicologia no campo da Política Social já é um fato, tendo iniciado na década de 1970, contudo, não implica dizer que é uma inserção qualificada e sem desafios (OLIVEIRA, COSTA, 2018). Assim, percebe-se que a Psicologia vem crescendo e modificando sua forma de atuação. Neste trabalho, irá ser vista com maior aprofundamento os entrelaces entre a Psicologia e a Assistência Social, principalmente no nível da Atenção Básica. Para melhor entendimento, primeiro será explanado sobre o campo da Assistência Social como um todo, visando compreender a área para, então, pensar a inserção da Psicologia junto à mesma.

² Conselho Federal de Psicologia. A Psicologia brasileira apresentada em números. <http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>

³ Conselho Federal de Psicologia: Dieese divulga pesquisa sobre a inserção de psicólogos no mercado de trabalho. <https://site.cfp.org.br/dieese-divulga-pesquisa-sobre-a-insercao-de-psicologos-as-no-mercado-de-trabalho/>

2.2 A CONSTRUÇÃO DO CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A articulação entre a Psicologia e a Assistência Social pode ser vista como recente na realidade brasileira. Apesar de se tratar de uma política social importante para a sociedade, ainda é marginalizada e fica em segundo plano, se pensada em comparação com as políticas públicas de educação e políticas públicas em saúde. No cenário atual, que é de grandes desigualdades e vulnerabilidades sociais, cabe a inserção da Psicologia para entender e atuar nesse contexto, ainda que esta realidade imponha muitos desafios e problemas aos profissionais. Para melhor compreender como se constitui a prática do psicólogo no SUAS, é fundamental compreender esse sistema e como ele foi sendo construído ao longo dos anos até chegar a formulação que se tem hoje (SENRA, GUZZO, 2012).

A Assistência Social foi, nas últimas décadas, ganhando espaço por meio de marcos legal, como a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a Seguridade Social como um conjunto de ações para assegurar os direitos de saúde, previdência e assistência social, visando à proteção da família, maternidade, infância, adolescência, entre demais pessoas em vulnerabilidade, tendo em vista que a assistência social deverá ser prestada a quem dela necessitar (SILVA, CORGOZINHO, 2011; SENRA, GUZZO, 2012).

Com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, ficou previsto, no art. 1º, que a Assistência Social :

“[...]direito do cidadão e dever do Estado, é a Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento as necessidades básicas”.

A LOAS (Lei n. 8742/1993) estabelece que a proteção social é uma política não contributiva, de direito a todos os cidadãos em situação de vulnerabilidade e desproteção social, insistindo na centralidade do Estado para garantir direitos e acessos aos serviços sociais (CORDEIRO, 2018). Com isto, a Assistência Social vai se fortalecendo enquanto política pública e afirmando seu espaço de assegurar os direitos e a cidadania.

A LOAS foi alterada pela Lei 12.435 de 6 de julho de 2011, que ampliou ainda mais os objetivos da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Essa alteração acrescentou a

Proteção Social de garantia à vida; redução de danos e a prevenção de incidência de riscos para família, à maternidade, à criança, ao adolescente, ao idoso, à pessoa com deficiência; a promoção da integração no mercado de trabalho e a vida comunitária; a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso. Também propôs atuar na vigilância socioassistencial, conhecendo e analisando o território nos aspectos protetivos e de vulnerabilidade, a defesa de direitos e a garantia dos mínimos sociais (BRASIL, 2004; BRASIL, 2006; SILVA, CORGOZINHO, 2011).

Assim, pode-se resumir que a Assistência Social visa, pois, às pessoas que estão em vulnerabilidade social, com fragilidade de vínculos, que sofrem preconceitos e/ou discriminação, que estão excluídas pela pobreza, que sofrem violência ou negligência, que possuem deficiência, entre demais situações que possam representar riscos pessoais ou sociais. O SUAS possui os princípios da supremacia de atendimentos conforme questões de rentabilidade econômica, universalização dos direitos sociais, o respeito a dignidade humana, igualdade de direitos no acesso ao atendimento, divulgação ampla dos serviços e, como princípios organizativos, a universalidade, a gratuidade, a integralidade da Proteção Social, a intersetorialidade e a equidade (BRASIL, 2004; BRASIL, 2006).

Para dar conta da Política Socioassistencial foi necessário pensar em conceitos que tornassem os objetivos da política em algo aplicável à prática, de comum entendimento, independente do nível de proteção que se está atuando. Os cinco pilares são a *matricialidade sociofamiliar, territorialização, vulnerabilidade, risco social e vigilância social*. A matricialidade sociofamiliar parte do pressuposto de que a família é o núcleo de proteção, das relações afetivas e dos acessos materiais e sociais. A territorialização diz da compreensão das vulnerabilidades e riscos sociais a partir do contexto/território. A vulnerabilidade são situações que propiciam processos de exclusão social, fragilização de vínculos, discriminações, etc. O risco social é o conjunto de eventos prováveis de acontecer como a violência, situação de rua, atos infracionais. Por fim, a vigilância social diz respeito a capacidade de compreender as vulnerabilidades e fragilidades que possam causar desproteção ou violação de direitos (BRASIL, 2004; BRASIL, 2006; BRASIL, 2013).

A Proteção Social articula com as demais políticas do campo social, devendo garantir as seguranças de sobrevivência, acolhida e do convívio familiar. Assim, abrange questões de rendimentos, sendo abarcada pelos Benefícios Eventuais e o Benefício de Prestação Continuada, assegurando as pessoas que tenham uma forma de garantir sua sobrevivência, independente das limitações. A segurança da acolhida tange nas necessidades humanas que devem ser atendidas, como a alimentação, vestuário, entre outras, visando a autonomia dos

sujeitos neste processo. Já a segurança ao convívio familiar diz da garantia do fortalecimento dos vínculos familiares e afetivos, potencializando os grupos sejam multiculturais, intergeracionais, interterritórias, rompendo com discriminações, exclusões e demais violações do direito ao social (BRASIL, 2004; LEÃO, OLIVEIRA, CARVALHO, 2014).

Para organizar os equipamentos de prestação de serviços na Assistência Social, a Proteção Social foi dividida em Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) de média e alta complexidade.

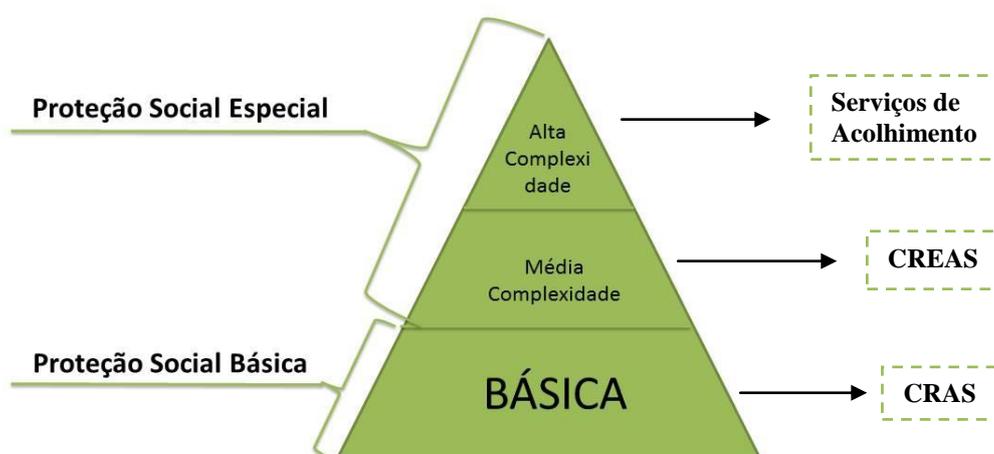


Figura 1 Pirâmide da Proteção Social - SUAS⁴.

A PSB tem como objetivos a prevenção de situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Ela possui caráter preventivo, agindo antecipadamente, baseado no conhecimento do território e demais características do contexto e/ou da família. Ela é protetiva, pois busca intervenções que acolhem, aparam, resguardam e defendem o acesso da família aos seus direitos. Proativa pois deve responsabilizar-se em intervenções frente situações-problema, tomando a iniciativa e promovendo ações que antecipem ocorrências futuras. A PSB se subdivide em três serviços: *Serviço de Proteção Integral à Família (PAIF)*; *Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)*; *Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos* (BRASIL, 2004; BRASIL, 2006; BRASIL, 2013).

⁴ Fonte: Próprio autor.

A Proteção Social Especial destina-se as famílias e/ou indivíduos que estejam em situação de risco e tiveram direitos violados ou ameaçados, necessitando de acompanhamento e está interligado com o sistema de garantia de direitos, articulando com o Poder Judiciário, o Ministério Público e demais órgãos. É subdividida em dois níveis, a de média complexidade no qual estão incluídos os CREAS e a alta complexidade no qual estão incluídos os serviços de acolhimento (BRASIL, 2004; BRASIL, 2006; BRASIL, 2013; OLIVEIRA et al, 2014).

Estas Proteções Sociais estão respectivamente, conforme a Lei nº12.435/2011, no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Serviços de Acolhimento. A equipe de referência do CRAS é determinada conforme o porte do município e tem como equipe mínima o assistente social e, preferencialmente, o psicólogo, além dos cargos de nível médio e um coordenador. As principais atribuições do CRAS são a gestão territorial e a oferta de Serviços PAIF (BRASIL, 2004; BRASIL, 2006; BRASIL, 2013; LEÃO, OLIVEIRA, CARVALHO, 2014).

O CREAS é a unidade pública que abrange os indivíduos e/ou famílias que estão em situação de risco pessoal ou social e demandam de intervenções especializadas. A equipe de referência é variável de acordo com as necessidades e o tipo de atendimento, mas é comum que tenha assistente social e psicólogos e tem como serviços a *Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI)*, *Serviço Especializado em Abordagem Social*, *Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade*, *Serviço de PSE para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias* e, por fim o *Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua*.

Os serviços de Acolhimento oferecem proteção e acolhimento de pessoas e/ou famílias afastadas temporariamente do convívio familiar e/ou comunitário, que se encontram em situações de violação de direitos, ameaça ou abandono. Tal serviço funciona como uma moradia provisória até que a pessoa possa retornar a sua família ou encaminhada a uma família substitutiva. Os serviços de acolhimento são divididos conforme faixas etárias e de acordo com a demanda do município.

A Política Pública da Assistência Social ainda está passando por organizações e adequações a fim de propiciar aos sujeitos e suas famílias serviços, programas, projetos e benefícios condizentes com as necessidades e demandas pessoais e dos territórios. O psicólogo, neste contexto da política, passa a ter papel crucial junto ao assistente social, pois proporciona um olhar ampliado sobre os sujeitos e as relações, fortalecendo a compreensão da

realidade, além de ter ferramentas e conhecimentos que agregam ao serviço, complementando as ações da Assistência Social.

1. O psicólogo no CRAS

Conforme a NOB/RH 2006, a Psicologia entra nas equipes de trabalho da assistência social, representando uma conquista importante para a categoria, bem como o reconhecimento das questões de caráter psíquico como um dos fatores que interferem nas situações de risco ou vulnerabilidade dos sujeitos (CARLSON, PINHEIRO, 2013). A Psicologia passa a integrar o campo da Assistência Social, atuando de modo complementar para cumprir os objetivos propostos no SUAS, integrando as equipes de CRAS, CREAS e dos Serviços de Acolhimento.

Essa nova sistemática da Assistência Social foi se modificando para um olhar nas necessidades humanas de modo social e particular, acompanhando as mudanças econômicas e sociais, bem como demandando de outras áreas para complementar o trabalho social com as famílias e, assim, ofertar serviços mais condizentes com a realidade, visando à autonomia dos sujeitos (SILVA, CORGOZINHO, 2011; MOTTA, CASTRO, PIZZINATO, 2015). Assim, a Psicologia adentra no espaço do SUAS, trazendo as suas ferramentas para atuar em conjunto com a(o) Assistente Social. Para isso, é necessário o entendimento das políticas públicas e de como atuar nesses espaços que demandam reinvenções do fazer psicológico para dar conta das demandas que os serviços exigem.

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) prescreve em seus cadernos de orientação ao SUAS ações para a Psicologia que impõe desafios e barreiras, tendo em vista o histórico da profissão, que vem de uma concepção elitista e, na hegemonia, pensada no contexto clínico particular, sem um olhar atento as questões sociais. Essa Psicologia veio baseada nas práticas europeias e norte-americanas, tendo como primeira finalidade o uso dos instrumentos para classificação e enquadramento das pessoas. Após alguns anos da regulamentação da Psicologia no Brasil é que iniciam movimentos, que ganharam mais força a partir dos anos 80, para repensar a prática da psicologia e os diversos públicos a quem ela deve atender (LEÃO, OLIVEIRA, CARVALHO, 2014; OLIVEIRA et al, 2014).

Nessas últimas décadas, a profissão tem se deparado com uma realidade de atuação que fomenta a necessidade de novas práticas pensadas na realidade social das pessoas, se comprometendo com o social, utilizando de práticas críticas e transformadoras, rompendo

com os modelos tradicionais. Como uma estratégia de buscar novas formas de trabalho, o Conselho Federal de Psicologia criou um Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). O CREPOP é um espaço destinado a pesquisas e orientações sobre a prática da Psicologia nos espaços públicos, visando uma atuação comprometida com o campo social (LEÃO, OLIVEIRA, CARVALHO, 2014; OLIVEIRA et al, 2014).

O psicólogo dentro do CRAS, que faz parte da Proteção Social Básica, irá atuar de modo interdisciplinar, dando visibilidade a demandas no âmbito da proteção e prevenção de riscos e atuando de modo proativo para identificar as vulnerabilidades e articular essas demandas com a rede socioassistencial. O trabalho em políticas públicas deve estar articulado e a assistência social tem o papel de promover esses encontros entre a saúde, a educação, o trabalho, etc., pensando que podem ter vulnerabilidades voltadas as questões individuais ou conflitos familiares, como também a questões de território e espaços públicos os quais circulam os sujeitos (CARLSON, PINHEIRO, 2011; LEÃO, OLIVEIRA, CARVALHO, 2014).

Algumas das atividades que os psicólogos atuam em conjunto com os assistentes sociais são a busca ativa no território, o atendimento individualizado, o acompanhamento familiar, os grupos, tanto de SCFV ou de PAIF, acolhimentos, encaminhamentos e visitas domiciliares, utilizando da escuta psicológica para complementar o trabalho do assistente social, trocando percepções e construindo junto o planejamento das atividades e dos acompanhamentos (ANDRADE, ROMAGNOLI, 2010; MOTTA, SCARPARO, 2013; OLIVEIRA et al, 2014).

Estudos demonstram que os psicólogos acabam não conseguindo trabalhar a territorialidade, tendo dificuldades também com a articulação da rede devido a centralidade de cada política, tendo como desafio propor mudanças, buscando caminhos mais eficazes, articulados e democráticos no acesso as políticas públicas (ANDRADE, ROMAGNOLI, 2010; MOTTA, SCARPARO, 2013; OLIVEIRA et al, 2014). Também apontaram a questão da falta de investimentos e da incompletude dos recursos humanos, que sobrecarrega os demais profissionais e dificulta a realização de um trabalho de qualidade. Outro elemento destacado pelos estudos como desafio diz respeito a questão da identidade profissional, que se mostra fragilizada, tendo em vista que o trabalho no SUAS nem sempre é contemplado nos currículos das universidades. Dessa forma, ao deparar-se com a prática, que é complexa, o profissional acaba buscando junto ao assistente social construir formas de atuação (ANDRADE, ROMAGNOLI, 2010; MOTTA, SCARPARO, 2013; OLIVEIRA et al, 2014).

Assim, percebe-se que a inserção da Psicologia no CRAS demanda do profissional um reinventar-se para dar conta das ações previstas na política e realizar um trabalho comprometido com as necessidades sociais. Atuar no campo das políticas públicas está sendo uma opção cada vez mais almejada pelos profissionais, o que contribui para o interesse em estudos que discutam essa prática, tendo em vista a dificuldade que algumas instituições enfrentam para atualizar seus currículos, buscando acompanhar a dinâmica do mundo de trabalho. Além disso, o papel do psicólogo é importantíssimo para atuar junto às vulnerabilidades e riscos sociais, devido as ferramentas e ao olhar para a saúde mental que interfere em como essa família consegue se organizar em seu território. Com isto, pretende-se compreender como o psicólogo percebe sua atuação e o seu desenvolvimento bioecológico dentro do contexto de trabalho que vai ocorrendo em diferentes níveis de complexidade.

2.3 TEORIA BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

No contexto americano dos anos 70, os estudos em Psicologia eram voltados para aspectos individuais e, como opositor a esse pensamento, Bronfenbrenner traz como foco os estudos sobre as influências contextuais no desenvolvimento. Falava do entendimento das coisas como em uma teia de relações, na qual se articulam contextos, processos de desenvolvimento, história de vida e demais fatores. Utilizou o termo ecológico para demonstrar essa interdependência entre os envolvidos, parte essencial de sua teoria (TUDGE, 2008).

A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano ou TBDH é um modelo bioecológico que possui características e metodologias específicas para compreender o desenvolvimento humano. O termo desenvolvimento é aqui, entendido como os processos contínuos e mutáveis do ser biopsicológico que alteram e são alterados pelo contexto, se estendendo a todo o ciclo de vida (BRONFENBRENNER, 2011).

Para Bronfenbrenner, o desenvolvimento humano é um conjunto de processos individuais, marcado por interações entre pessoa, objetos e símbolos, pelo ambiente ecológico e que sofre influência do tempo e demais determinantes da vida da pessoa (TUDGE, 2008; CARMO, ALMEIDA, 2008; BHERING, SARKIS, 2009). Segundo essa proposta, os quatro processos, Pessoa-Processo-Contexto-Tempo (PPCT), inter-relacionados possibilitam uma análise de processos e resultados do desenvolvimento, como uma função conjunta das características do ambiente e da pessoa. O PPCT é, então, um desenho de pesquisa que

possibilita a investigação da relação entre as características da pessoa e do ambiente, destacando que nesse modelo a pessoa aparece em dois momentos: primeiro nos quatro elementos e, depois no resultado do desenvolvimento. A pessoa é produto e produtora para a teoria bioecológica (BRONFENBRENNER, 1999; BHERING, SARKIS, 2009).

O primeiro núcleo do PPCT, o *processo* funciona como motor propulsor para o desenvolvimento. O processo pressupõe a interação do indivíduo com outras pessoas e elementos do ambiente imediato no tempo. Essas interações são chamadas de processos proximais, processos que gradativamente são mais complexos de interação recíproca, sendo necessário que a pessoa esteja inserida em um contexto e participe de ações e atividades de modo efetivo, regular e de reciprocidade, num espaço prolongado de tempo. Os elementos envolvidos nesse processo devem estimular a atenção, exploração, manipulação e imaginação da pessoa em desenvolvimento (BHERING, SARKIS, 2009; SILVEIRA, *et al*, 2009; PRAZERES, LEÃO, 2011).

Os resultados dos processos proximais podem ter dois efeitos: *efeito de competência* – quando a pessoa desenvolve conhecimentos e habilidades; *efeito de disfunção* – quando há dificuldade de integrar o comportamento nos domínios diversos ou a interrupção no contato, frequência, estabilidade ou falta de interação, dificultando o avanço tanto em complexidade como em quantidade (BHERING, SARKIS, 2009; PRATI *et al*, 2008; PRAZERES, LEÃO, 2011).

O segundo núcleo é a *pessoa*. A pessoa é constituída por características biopsicológicas e características construídas nos processos proximais futuros. As características estáveis ou mutáveis da pessoa (aspecto cognitivos, físicos, socioemocionais e motivacionais) são produtos e produtores do desenvolvimento (BHERING, SARKIS, 2009; SILVEIRA, *et al*, 2009; PRAZERES, LEÃO, 2011; PRATI *et al*, 2008).

A pessoa pode ser vista em três dimensões: a *disposição*, *recursos* e *demanda* – as *disposições* são características da pessoa que mais provavelmente influenciam seu futuro desenvolvimento, podendo afetar os processos proximais, mas não o determinam. Atuam como facilitadoras quando instiga curiosidade, iniciativa e busca, ou impeditivas, quando retardam ou dificultam a ocorrência de processos proximais como a impulsividade, distração, apatia, entre outros, variando de acordo com a pessoa e o ambiente; os *recursos*: características que se constituem com aspectos biopsicossociais, referindo a questões genéticas/orgânicas como deficiências e as propriedades psicológicas, como o conhecimento, habilidades, experiência, que irão interferir no engajamento da pessoa para os processos proximais; a *demanda*: atributo pessoal que pode facilitar ou impedir as reações no ambiente

social, como a aparência física, simpatia, etc. Fatores como, idade, gênero, etnia também influenciam os processos proximais e conseqüentemente, interferem no desenvolvimento da pessoa (BHERING, SARKIS, 2009; SILVEIRA, *et all*, 2009 PRAZERES, LEÃO, 2011).

Em terceiro, o *contexto*, refere-se ao ambiente em que o organismo se encontra, caracterizado pelos eventos e condições que influenciam ou são influenciados pela pessoa em desenvolvimento. São os espaços com que a pessoa interage e se correlacionam, conhecidos como ambiente ecológico. Pode ser subdividido em quatro níveis ambientais conforme a interação da pessoa com o sistema, o Microssistema, Mesossistema, Exossistema e Macrossistema (BHERING, SARKIS, 2009; SILVEIRA, *et all*, 2009 PRAZERES, LEÃO, 2011).

O microssistema é caracterizado pelas relações face a face da pessoa em desenvolvimento com objetos e símbolos que permeiam este espaço imediato, é *setting* para os processos proximais, pois a pessoa esta inserida diretamente nesse contexto e vivencia as ações desse ambiente, como exemplo o trabalho, o território do CRAS, etc. O mesossistema representa as relações dos microssistemas que a pessoa frequenta com processos interdependentes e inter-relacionados, como exemplo um acontecimento no trabalho como mudanças de gestão (BHERING, SARKIS, 2009; SILVEIRA, *et all*, 2009, PRATI *et all*, 2008).

O exossistema são os ambientes não frequentados pela pessoa, mas que afetam seu desenvolvimento ecológico, como exemplo as ações estaduais ou nacionais em saúde. Por fim, o macrossistema que envolve os sistemas de valores, crenças, costumes e formas de governo que permeiam o cotidiano da pessoa, políticas públicas, culturas presentes no cotidiano das pessoas (BHERING, SARKIS, 2009; SILVEIRA, *et all*, 2009).

Por último, a dimensão *tempo*, é fundamental, pois se refere às modificações no curso de vida, no ambiente e na sociedade em geral. É subdividido em três níveis referidos aos processos proximais, o microtempo – continuidade e descontinuidade; o mesotempo – periodicidade dos episódios; macrotempo – mudanças ocorridas ao longo de gerações (BHERING, SARKIS, 2009; SILVEIRA, *et al*, 2009). A dimensão de tempo, nessa pesquisa, irá ser vista através do tempo de serviço, tempo de cargo, a idade, o tempo de formado e outras dimensões de tempo que estão atravessadas na prática destes profissionais.

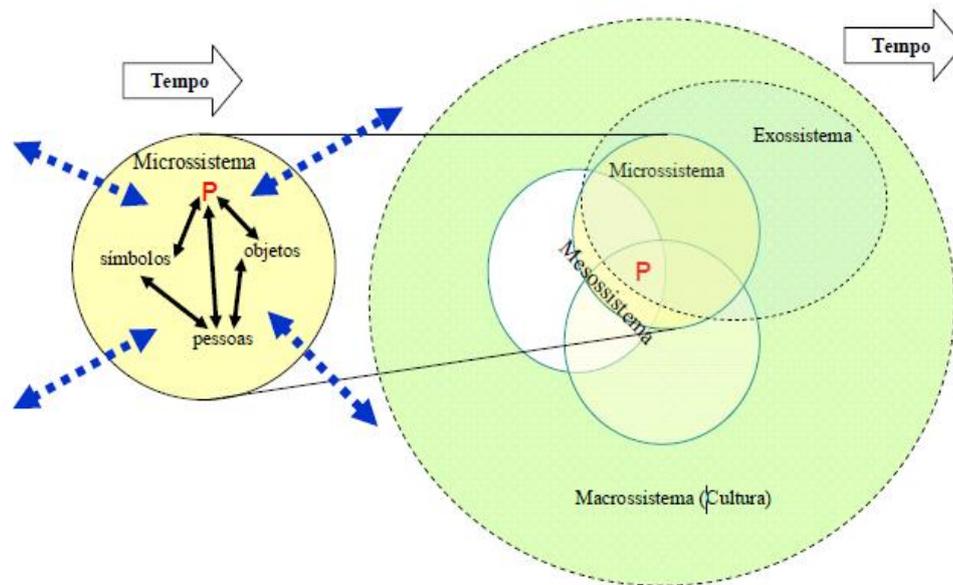


Figura 2: O modelo PPCT da TBDH. A Pessoa (P) engajada em Processos proximais com as pessoas, símbolos e objetos dentro de um Microsistema, que está em interação com os demais Contextos, incluindo a continuidade e a mudança ao longo do Tempo⁵.

Com a figura acima é possível compreender melhor a ideia de Bronfenbrenner sobre estar tudo interligado e funcionando com interdependência, pois cada elemento modifica o outro conforme sua interação. O tempo é representado em dois momentos, um junto ao microsistema, denotando assim as questões do microtempo e o segundo junto ao todo, representando o macrotempo. Com relação a pessoa (P), podemos identificar que ela está passando por processos proximais de interação e estes estão interligados aos demais contextos do sistema.

A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, tendo como aspectos fundamentais a interação, retroalimentação, reciprocidade e interdependência passam a ser uma importante teoria para entender os processos que acontecem no desenvolvimento do profissional dentro do seu ambiente de trabalho, que, aqui, será representado pelo CRAS.

3. CAPÍTULO 3: MÉTODO

3.1 QUESTÃO DE PESQUISA:

⁵ TUDGE, Jonathan. A teoria de Urie Bronfenbrenner: uma teoria contextualista. **Família e educação: Olhares da psicologia**, p. 209-231, 2008

Como se desenvolvem as práticas/ atuações de psicólogos no contexto de trabalho do CRAS?

3.2 OBJETIVOS

3.2.1 Objetivo Geral:

Analisar dentro do contexto do CRAS a atuação profissional/prática profissional do psicólogo.

3.2.2 Objetivos Específicos:

- Compreender os aspectos biopsicológicos da pessoa e sua reciprocidade nas dimensões de disposição, recursos e demanda que intervém no próprio desenvolvimento com relação ao seu trabalho;
- Expressar como processos proximais são desenvolvidos e seus efeitos de competência e disfunção neste contexto do trabalho;
- Entender como os contextos, desde o micro ao macrossistema, em que o psicólogo está atuando influenciam reciprocamente no desenvolvimento da pessoa no trabalho;
- Relatar os aspectos de tempo e as modificações que ocorrem quanto à continuidade, periodicidade e historicidade que afetam os processos proximais.

3.3 DELINEAMENTO

Esta pesquisa caracterizou-se como um estudo de cunho exploratório e está vinculada a um projeto maior intitulado Psicologia e Políticas públicas: Saúde e desenvolvimento em contextos de vulnerabilidade social. Esse projeto foi contemplado a partir do Programa nacional de Cooperação Acadêmica e está sendo realizado numa parceria entre a Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal de Brasília e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob coordenação geral de Prof. Dr. Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira (UFRN). O projeto busca fazer a integração entre as três instituições através do intercambio de rede, com o foco na atuação do psicólogo dentro de algumas políticas públicas, tais como Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Sistema único de

Saúde (SUS) e o Sistema Socioeducativo. O presente projeto de dissertação englobará a questão da assistência social, mais especificamente na política da Proteção Social Básica.

A pesquisa foi um estudo de caso, utilizando-se da Inserção Ecológica. Os estudos de caso demonstram como determinado fenômeno se desenvolveu de modo empírico e baseia-se em diversas fontes de dados como a observação, diários de campo, entrevistas semiestruturadas, etc, proporcionando uma maior gama de possibilidades e proposições para conduzir a análise dos dados (YIN, 2001). Foi utilizada a Inserção Ecológica, que é um método proposto por pesquisadores da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, tendo em vista que o próprio Bronfenbrenner não sistematizou uma metodologia para a TBDH, sendo a Inserção Ecológica uma das possibilidades de utilizar este modelo emergente em pesquisa onde é possível considerar as diversas variáveis do desenvolvimento humano, como o biológico, o afetivo, a cognição e o meio sociocultural em que a pessoa se encontra. Para pesquisas com este fim, é necessário que o pesquisador esteja inserido e interagindo com as ações e pessoas que participam, buscando focar nos quatro elementos Pessoa, Processo, Contexto e Tempo (PPCT) (PRATI *et al*, 2008; PRAZERES, LEÃO, 2011). A Inserção Ecológica é uma das formas de buscar, então, entender o papel que o ambiente tem dentro das interações e os processos que se estabelecem dentro deste contexto (PRATI *et al*, 2008; BRONFENBRENNER, 2011). Neste modelo, deve-se estar atento a cada um dos sistemas e ao dinamismo das interações entre eles.

A Inserção Ecológica aconteceu no ambiente de trabalho do psicólogo participante, sendo acompanhado sistematicamente durante 2 meses, respeitado o estágio de vinculação com o campo, o cotidiano deles a fim de entender como se configura o trabalho, as relações proximais que estabelecem e as inferências desse trabalho em seu desenvolvimento. Ao final do período de Inserção Ecológica foi realizada a entrevista semiestruturada.

3.4 PARTICIPANTES

Integra este estudo de caso uma psicóloga que atua no interior do estado em uma cidade próxima de Santa Maria. A amostra foi escolhida mediante conveniência conforme aproximação da pesquisadora por estar atuando no mesmo equipamento de Assistência Social, o que possibilitou a realização do projeto. O profissional estava vinculado ao sistema CRAS – PSB, atuando neste campo há mais de cinco anos, exercendo suas atividades na política de Assistência Social - CRAS em regime estatutário.

A psicóloga possui 40 anos. Mora no município que trabalha há cerca de 4 anos, com os dois filhos, uma adolescente de 17 anos e um filho pequeno de 03 anos. Antes de estar nesse município, a psicóloga já havia atuado em outra prefeitura, porém na Política Pública da Saúde, o motivo de sua saída não fica claro. Tem como referência sua mãe, que era professora universitária e agora está aposentada vivendo em uma propriedade rural no interior do estado.

A pesquisa se passa num CRAS de uma cidade no interior do estado com cerca de 20.000 habitantes. Neste CRAS existem duas equipes, a de referência e a volante, ambas com Psicólogo e Assistente Social. Este município também conta com um CREAS, Casa da Criança e Adolescente, Conselho Tutelar, Programa Criança Feliz e a Secretaria da Assistência Social e Habitação.

3.5 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

O estudo de caso foi instrumentalizado pela Inserção Ecológica. O objetivo da Inserção ecológica é acompanhar os sujeitos da pesquisa por determinado tempo, com visitas frequentes, observações, conversas informais e entrevistas para que, assim, possa-se pensar em hipóteses conforme os quatro núcleos do PPCT, possibilitando uma compreensão profunda do contexto e dos sujeitos estudados (PRAZERES, LEÃO, 2012; CECCONELLO, KOLLER, 2003).

A Inserção Ecológica apoia-se em cinco aspectos que dizem dos processos proximais, como a interação e engajamento entre pesquisador e participante em uma tarefa comum, que no caso, é a entrevista. Há necessidade de diversos encontros, por um período considerável de tempo. Os encontros informais devem proporcionar conversas cada vez mais complexas, sendo primordiais os eventos informais, como parte da construção dos processos proximais e, por fim, que os temas relacionados às entrevistas explorem as histórias de vida e o desenvolvimento da pessoa dentro desse contexto (PRATI *et al*, 2008).

Para isso, foi realizada a Inserção Ecológica por meio da observação sistemática e do relato detalhado em diários de campo, além da realização de entrevista semiestruturada a fim de levantar mais informações sobre a participante. O tempo de duração deste processo foi caracterizado através da saturação teórica, que ocorreu de modo sistematizado em dois meses de Inserção, respeitando o período de vinculação com o serviço e o desenvolvimento dos processos que irão possibilitar o conhecimento da realidade do contexto dos participantes.

A pesquisa teve como início uma análise sistemática dos referenciais teóricos que subsidiam teoricamente a pesquisa e mostram o panorama geral dos estudos a respeito desta temática. Por fazer parte de um projeto maior, já possui a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria, com o registro CAAE nº 45151815.4.1001.5346.

Concomitante a este primeiro momento, a pesquisadora entrou em contato com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação do município que expediu a carta autorização do local da pesquisa (ANEXO B) em acordo com a Gestão Municipal na pessoa do Prefeito Municipal. Após a autorização, foi realizada uma apresentação pessoal do projeto de pesquisa para a participante do estudo que autorizou o início da Inserção Ecológica.

Ao aceitar convite, foram realizadas combinações sobre o período em que se realizaria a Inserção Ecológica, tendo em vista que o pesquisador é também colega de trabalho, visando estabelecer limites quanto ao papel de pesquisador e de acordo com a disponibilidade da profissional.

No primeiro dia de Inserção Ecológica foi entregue as duas vias do Termo de Confidencialidade (ANEXO C) a fim que os locais em que os profissionais atuam estejam resguardados e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO D) que foram lidos e assinados, bem como realizada explicação sobre as questões legais da participação voluntária na pesquisa. Somente após a assinatura, foi iniciado o processo de coleta de dados.

Ao estar inserida no contexto de trabalho do psicólogo, foi iniciado o acompanhamento de suas atividades, observando sua rotina diária, reuniões de equipe, conversando sobre o trabalho do CRAS e o saber da Psicologia. Como já pontuado, a pesquisadora também é servidora pública deste mesmo CRAS, o que pode ser visto como facilitador para conhecer o dia-a-dia de trabalho, o participante da pesquisa e as forças que operam no ambiente de trabalho. Porém, também tem como limitação estar implicado diretamente com o local de pesquisa, o que dificultou o distanciamento da pesquisadora em alguns momentos.

3.6 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados da Inserção Ecológica foi feita a partir da TBDH, onde se pretendeu entender os aspectos que situam o desenvolvimento da pessoa em contato com o trabalho, utilizando a análise de conteúdo, conforme Bardin (2010). Para fazer a

sistematização em categorias de análise, utilizou-se do modelo PPCT – Processo, Pessoa, Contexto e Tempo, que dão os delineamentos necessários para compreender o desenvolvimento humano do profissional em contato com o ambiente (PRATI, 2008). Ao final da primeira análise, os trechos da entrevista passaram para a análise de juízes onde três pessoas receberam a descrição das categorias de análise e os trechos da entrevista, tendo que elencar de qual categoria cada trecho estava falando. Após, foi feita a leitura destas análises de juízes, eliminando os trechos de fala que estavam discrepantes nas respostas, permanecendo para análise apenas os trechos que foram colocados na mesma categoria com unanimidade. As falas em que houveram divergências com a compreensão da pesquisadora foram eliminadas para não haver parcialidade nos dados. As falas que havia diferenças de compreensão mas que estavam de acordo com a compreensão da pesquisadora foram mantidas e realinhadas. Já as falas em que houve unanimidade na compreensão se mantiveram e foram utilizadas na análise dos dados.

Durante todo o processo de Inserção Ecológica, tanto durante as observações, elaboração dos diários de campo e na entrevista semiestruturadas, compreendeu-se que os elementos do PPCT se entrelaçam, o que dificultou uma sistematização dos resultados conforme o que era previsto no projeto. As ferramentas de coleta de dados se complementaram e proporcionaram um maior entendimento sobre como o desenvolvimento bioecológico da participante interfere em sua prática. Além disso, a inserção da pesquisadora como profissional no local de pesquisa fez com que os dados da análise passassem por juízes que auxiliaram no processo de lapidação, possibilitando maior fidedignidade a pesquisa. A pesquisa ocorreu no microsistema do trabalho da participante e a atuação do pesquisador nesse microsistema também foi um fator que influenciou a análise. E a análise dos dados foi organizada conforme as categorias de análise, a seguir descritas, pensadas a partir da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano e o modelo Processo-Pessoa-Contexto-Tempo (PPCT).

3.7 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Por ser uma pesquisa com seres humanos, utilizaram-se dos preceitos éticos descritos na Resolução 466/2012 e na Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (SAÚDE, 2012). Conforme a Resolução, os direitos dos participantes foram assegurados, bem como o sigilo e a liberdade para participar, recusar o desistir da pesquisa a qualquer momento.

A Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (SAÚDE, 2012) discorre sobre as quatro referências básicas da bioética que são a autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, assegurando os direitos e deveres da comunidade de pesquisa para com os sujeitos participantes e o Estado, tanto no âmbito individual quanto das coletividades. A resolução 510 de 07 de abril de 2016 reitera os cuidados com pesquisas com seres humanos, tratando especificamente das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Dispõe dos seguintes cuidados: assentimento livre e esclarecido, assistência aos participantes da pesquisa, elencar os benefícios da pesquisa e acesso as informações e a confidencialidade, além dos cuidados quanto a dano material e imaterial, discriminação e estigmas.

Foi garantido o anonimato da participante sendo utilizados nomes fictícios tanto para si como para a cidade em que trabalha, respeitando os preceitos éticos da pesquisa com seres humanos. Também se buscou respeitar qualquer desconforto que a participante manifestasse bem como a rotina de trabalho da mesma, por se tratar de uma pesquisa no local de trabalho, assegurando-lhe o direito a autonomia e não maleficência.

Destaca-se que ainda será realizada uma devolução que poderá ser realizada com um seminário temático para discussão da prática do psicólogo no CRAS/SUAS, em que outros profissionais da rede socioassistencial possam participar e refletir sobre a inserção da Psicologia na Assistência Social.

4. CAPÍTULO 3: RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados foi organizada conforme as categorias identificadas como: 1) **Processo**; 2) **Pessoa**; 3) **Contexto** e 4) **Tempo**, pensadas a partir da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. As categorias seguiram o modelo proposto pela teoria chamado de Modelo PPCT (Processo-Pessoa-Contexto-Tempo) e as categorias foram formadas à partir destes quatro elementos. O modelo proposto expõe que o desenvolvimento é um processo que envolver características biopsicologicas nos indivíduos e nos ambientes que circula, durante o curso da vida. Desta forma, utilizar-se deste modelo é um desafio, pois indica uma complexidade de elementos que estão interagindo e se retroalimentando em contato, sejam estes os processos, a pessoa, os contextos e os tempos (BENETTI *et al*, 2013).

4.1 PROCESSO

6

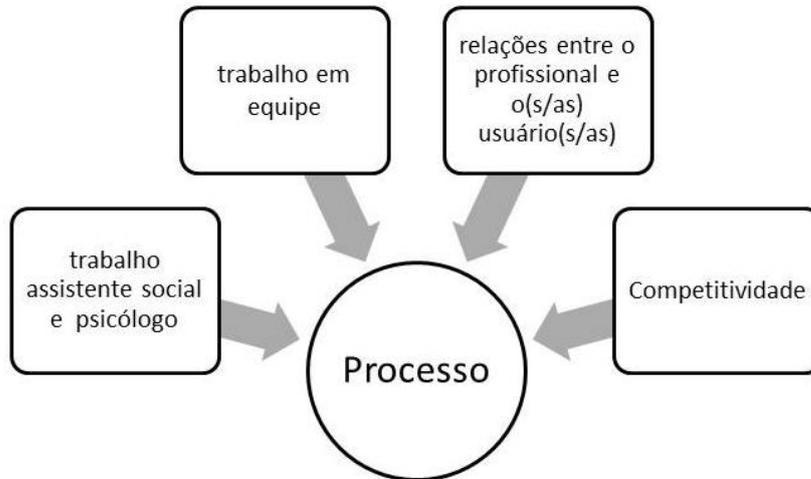


Figura 3. O processo.⁷

A primeira categoria de análise é sobre o Processo. Os processos funcionam como motores propulsores para o desenvolvimento, pressupondo a interação do indivíduo com outras pessoas e elementos do ambiente imediato no tempo, chamados processos proximais. Como exemplo o trabalho em dupla (assistente social x psicólogo), o trabalho em equipe e as relações entre o profissional e o(s/as) usuário(s/as).

Os processos proximais podem ser divididos em dois efeitos que foram observados na Inserção Ecológica, os efeitos de competência quando a pessoa desenvolve conhecimentos e habilidades como a interdisciplinariedade no atendimento, a sinergia para planejamento de atividades e a relação da demanda e a psicologia. E os efeitos de disfunção quando há dificuldade de integrar o comportamento nos domínios diversos ou a interrupção no contato, frequência, estabilidade ou falta de interação, dificultando o avanço tanto em complexidade como a desconexão entre as visões da dupla, a competitividade entre a equipe, a falta de articulação entre as políticas, diferença na carga horária da assistente social e do psicólogo (BHERING, SARKIS, 2009; SILVEIRA, *et al*, 2009; PRAZERES, LEÃO, 2011).

Os processos tem um destaque na teoria por serem considerados os responsáveis pelo desenvolvimento da pessoa. São interações recíprocas que vão aumentando sua complexidade, entre o sujeito e as pessoas, objetos e símbolos no seu ambiente cotidiano (BENETTI *et al*, 2013). Esses processos podem ser construídos a partir da execução de atividades de rotina de trabalho, como no trecho da participante em que ela aponta a demanda principal dos o(s/as) usuário(s/as) do CRAS, que é uma das formas de acesso ao serviço e

⁶ Fonte: Próprio autor.

que iniciam essa relação entre a equipe de referência (psicólogo e assistente social) e o(s/as) usuário(s/as) (podendo ser um indivíduo ou toda a família).

Os processos proximais entre o profissional e o(s/as) usuário(s/as) e seus família que se estabelecem durante os atendimentos vão sendo intensificados conforme a família entra em acompanhamento, essa relação vai se tornando mais próxima, passando do nível mais formal de relação para um nível proximal, na qual pra além do atendimento, aquilo que a família está passando produz sentimentos no psicólogo que está atendendo, modificando sua intencionalidade nas ações para com a família e no relacionamento com sua própria família, conforme o trecho:

“[...]Eu acho que isso é uma coisa que me incomoda bastante assim, de ter pessoas vivendo com nada, com 50 reais, 70 reais, tendo que se submeter, as mulheres tendo que se submeter a relacionamentos abusivos, violentos, sabe? Tendo que viver assim, não tendo casa, e ficar de favor na casa de outra pessoa em troca de serviços, sei lá, os mais diversos, desde a arrumação de casa até favores sexuais, sei lá, isso é uma coisa muito... que eu espero nunca perder a indignação, porque é uma coisa muito cruel que as pessoas passam. Situações muito pesadas[...].”

Essas situações, que a família atendida compartilha, afetam o profissional, que precisa refletir sobre e buscar soluções ou meios de que o serviço em que está atuando possa auxiliar nesta demanda e que o conecta com o seu comprometimento ético e social para com o(s/as) usuário(s/as) (BRONFENBRENNER, 2011).

Através dos atendimentos/acompanhamentos, visitas domiciliares e demais ferramentas utilizadas pelos profissionais para compreender a família e fazer uma leitura psicossocial, é possível fazer com que estes o(s/as) usuário(s/as) possam acessar e garantir seus direitos, atuar junto a sua comunidade e desenvolver o protagonismo social. Sendo o papel da(o) psicóloga(o) estar sensível a essas demandas, auxiliando que os sujeitos compreendam sua realidade e pensem em estratégias para sua mudança. Apesar disso, o que se encontra é um discurso dos o(s/as) usuário(s/as) falando das dificuldades e assujeitamentos que enfrentam no dia a dia e a falta de meios para que a política pública possa oferecer mais do que um benefício eventual e, sim, promover essa mudança social (BENETTI et al, 2013;MACÊDO et al, 2015).

A construção do vínculo com a família perpassa por esse contexto, esse processo depende do que a política pública consegue alcançar e propor para a família, para não ser apenas um levantamento de demandas, sem nenhuma resposta ou estratégia de mudança. Isso gera bastante angústia ao profissional, porque, por vezes, ao propor a escuta, sabe que a

pessoa irá reviver aquilo que está sendo contado, e, ao mesmo tempo, senti que isso pode ser pouco a oferecer, seja porque a gestão municipal tem um posicionamento sobre a política da Assistência Social, seja pela crise política brasileira ou quaisquer outras razões que afastam a execução da política do CRAS na sua integralidade. Isso fica bastante explícito no trecho da participante que fala “[...] *então a gente teria que criar um vínculo com a pessoa para ela se sentir a vontade para falar e mesmo assim, tá a pessoa vai falar e o que a gente pode fazer a respeito, o que a gente pode efetivamente fazer a respeito [...]*” o que demonstra da impossibilidade que o seu lugar enquanto profissional tem com relação à realidade social da família, afinal o papel da Psicologia é o de oferecer uma escuta qualificada a essas pessoas, mas na realidade concreta, pode parecer pouco dada a miserabilidade da família. Então isso reforça o compromisso da Psicologia em tencionar os gestores para pensar em soluções via políticas públicas que possam, de fato, promover mudanças sociais (ANDRADE, ROMAGNOLI, 2010; MOTTA, SCARPARO, 2014; MACÊDO et al, 2015).

Para além da relação com o(s/as) usuário(s/as) do serviço, está a relação com o Assistente Social. A PNAS apontou o trabalho no CRAS como sendo psicossocial, o que implica que o psicólogo e o assistente social trabalhem juntos em todas as esferas do serviço. Essa relação é estabelecida com duas profissões que tem muitas semelhanças, mas diferentes pontos de vista sobre os sujeitos. Durante o processo de inserção ecológica foi possível compreender o quanto essa relação é crucial para a forma de atendimento a ser realizada, onde um aprende com o outro e busca fazer um trabalho integrado, conciso e que possibilite o melhor entendimento sobre as demandas do(s/as) usuário(s/as), sendo identificada essa relação como um dos efeitos de competência do processo (SILVA, CORGOZINHO, 2011; CARLSON, PINHEIRO, 2013; OLIVEIRA, et al, 2014; MOTTA, CASTRO, PIZZINATO, 2015).

Cada um da dupla tem um papel a executar, o assistente social irá fazer a análise social da situação, preocupando-se com os dados sociodemográficos e questões objetivas. Já o psicólogo irá lançar luz sobre os aspectos subjetivos como os sentimentos, emoções e relações deste sujeito que vem ao atendimento, mas isso, por vezes, é interrompido, pois como a participante coloca “[...] *Não sei como explicar, acho que ela, a demanda vaza, não consigo pensar em outra palavra, a demanda da psicologia não é explícita.[...]*” estando nas entrelinhas, algo que é sensível a escuta atenta do profissional e que, por vezes, por não se tratar de algo objetivo, acaba não sendo escutado. Se para o psicólogo demanda de uma escuta atenta, para o assistente social parece ser ainda mais difícil por não ter uma formação voltada à escuta qualificada e aos aspectos subjetivos das demandas trazidas, algo que separa um

pouco as profissões e as atuações, dado a essência de cada uma (FURTADO, 2007; SILVA, CORGOZINHO, 2011; CARLSON, PINHEIRO, 2013; OLIVEIRA, *et al*, 2014; MOTTA, CASTRO, PIZZINATO, 2015).

Essa relação dos profissionais permite a construção de processos proximais e, como resultado, podem ter dois efeitos que podem afetar o desenvolvimento da pessoa, sendo ela usuária ou os próprios profissionais, são eles os efeitos de competência e de disfunção. Os efeitos de competência que possibilitam a pessoa adquirir novos conhecimentos e desenvolver-se podem ser identificados na participante pela interdisciplinaridade e a sinergia para o planejamento das atividades, tal como pode ser percebido a seguir “às vezes o outro profissional enxerga, percebe uma coisa que eu não percebo tanto o outro profissional o assistente social quanto a outra psicóloga”. Demonstra que essas trocas auxiliam do desenvolvimento pessoal/profissional. Assim como as reuniões de equipe e conversas entre os técnicos vão lapidando o entendimento sobre as possibilidades da política e o que pode ser melhorado no cotidiano de atendimento (BHERING, SARKIS, 2009; SILVEIRA, *et al*, 2009; PRAZERES, LEÃO, 2011; OLIVEIRA, *et al*, 2014; MACÊDO *et al*, 2015).

Porém, embora existam vantagens no trabalho com outras pessoas, conforme a equipe estiver se organizando também poderá dificultar esse desenvolvimento, modificando a postura de aprender com os demais para uma defesa individual. Isso foi percebido em algumas fases, conforme a observação realizada, quando a equipe se torna mais competitiva, os vínculos acabam se fragilizando e cada um busca trabalhar de modo mais isolado ou em pequenos grupos. Isso extrapola para os atendimentos, pois faz com que o profissional tenha que pensar em outras coisas e não se focando para a condução do seu trabalho (PRAZERES, LEÃO, 2011).

Ao ser analisada a categoria dos processos, percebe-se o quanto os demais elementos do PPCT estão interconectados e influenciando na compreensão das relações estabelecidas. Os processos proximais acontecem a todo o momento e com diferentes pessoas que estão presentes no dia-a-dia da participante e, nessas interações, modificam algo e são modificados por ela. A complexidade da compreensão desses processos pode ser proporcional a complexidade do que é o relacionamento interpessoal, portanto buscou-se aqui trazer uma ideia de como os processos mais palpáveis influenciam no desenvolvimento dessa pessoa e em sua atuação.

4.2 PESSOA



Figura 4. **A Pessoa.**⁸

A segunda categoria trata do elemento **Pessoa**. Esta categoria contém três aspectos da pessoa que, segundo Bronfenbrenner (2011), influenciam no desenvolvimento. A teoria de Bronfenbrenner coloca a pessoa ativa como força central do desenvolvimento, mudando ambientes, evocando respostas e reações, onde os diferentes contextos vão produzir diferentes respostas e modos de ser por diferentes indivíduos, experiências e resultados (DARLING, 2007).

A disposição se refere às características da pessoa que mais influenciam no desenvolvimento. Nesta pesquisa, a disposição foi identificada por meio dos seguintes elementos, como por exemplo, gostar da política SUAS, acreditar no atendimento às famílias e o matriciamento sociofamiliar, os atendimentos às demandas, o trabalho de grupo e o momento de vida da participante. Também aspectos relacionados à pessoa como a persistência, responsabilidade, relacionamento ético no trabalho, introspecção e a busca pela aprendizagem. Os recursos são características que se constituem com aspectos biopsicossociais que irão interferir no engajamento da pessoa para os processos proximais. A partir da análise das informações foi possível identificar como recursos: habilidades psicológicas, experiências anteriores nas políticas, a não inserção social na cidade e a formação profissional. As demandas são atributos pessoais que podem facilitar ou impedir as reações no ambiente social. Assim, as demandas identificadas nesta pesquisa foram

⁸ Fonte: Próprio autor.

relacionadas ao ser mulher e matriarca de uma família, ao sentimento de desvalorização da política e a desmotivação por falta de suporte de chefia (BHERING, SARKIS, 2009; SILVEIRA, *et al*, 2009 PRAZERES, LEÃO, 2011; PRATI *et al*, 2008).

As disposições estão relacionadas à capacidade de engajar-se e persistir em atividades, podendo ser relacionados a fatores de motivação, persistência, etc. (BENETI *et al*, 2013). Como exemplos de disposições nesta pesquisa percebe-se o sentimento de gostar da política do SUAS, acreditar no PAIF e matriciamento sociofamiliar, momento de vida, a empatia com o outro e senso de humanidade, persistência, responsabilidade, relacionamento ético no trabalho e ser introspectiva.

A relação com a política do SUAS foi algo construído aos poucos pela participante. Como relatou, quando estava na faculdade não existia o CRAS, CREAS, isso foi algo a ser conhecido após a formação, bem como a Psicologia atuando junto à Assistência Social era algo bem distante. Mas, ao longo do trajeto profissional, ao ter contato com essa política, conforme a fala “[...] eu acredito nessa política, mas eu me frustro porque eu não consigo fazer o que eu acho que deveria fazer, nem o que eu acho que deveria fazer nem o que eu acho que deveria ser feito como um todo [...]” e segue, em outro trecho, “[...] mas, ao mesmo tempo, eu acho muito bonito o trabalho assim, como ele deveria ser, né. Eu acho bonito o PAIF, acho bonito essa questão do acompanhamento integral da família, só que ele não acontece como deveria ser [...]” podendo ser identificado que há um comprometimento com a política, mas que, mesmo assim, possui problemas para transpor do que está previsto na PNAS para a realidade. Isso corrobora com outros estudos que demonstram que a atuação do psicólogo ainda está aquém do que preconiza a política (SILVA, CORGOZINHO, 2011; CARLSON, PINHEIRO, 2013; OLIVEIRA, *et al*, 2014; MACÊDO *et al*, 2015; MOTTA, CASTRO, PIZZINATO, 2015).

Estudos demonstram que a dificuldade dos Psicólogos no CRAS advém tanto de questões pessoais como a formação, história de vida, imaginário de atuação profissional frente à proposta da política e demandas institucionais que são, ainda, pouco explorados na academia (MACÊDO *et al*, 2015). A atuação da Psicologia deve compreender as expressões da subjetividade dos indivíduos e famílias, em suas vivências de desigualdade, discriminação, ausência de acesso aos bens públicos da sociedade. Isso é um desafio, pois exige uma atuação ética e política nas demandas sociais. A intervenção deve observar os fatores coletivos, reconhecendo o cidadão como ativo no processo de conquista de direitos, (re)significando experiências e propondo novos projetos de vida, na dualidade do subjetivo/objetivo (NERY, 2018).

Ao atuar no CRAS, o psicólogo pode se deparar com condições desfavoráveis para sua atuação, algo que é multicausal, mas que na relação construída com o(s/as) usuário(s/as) irá propiciar diferentes resultados, pois se o profissional desenvolve uma prática pensando na questão social, crítica e consiga promover tensões sobre o que está imposto atualmente a Assistência Social, sua prática elencará o(s/as) usuário(s/as) como protagonistas deste processo. Mas se, ao contrário, o psicólogo se manter numa identidade clínica tradicional, individualista e elitista, não conseguirá promover as mudanças sociais que a política preconiza (BENETTI *et al*, 2013; MACÊDO *et al*, 2015).

As características dos recursos são as habilidades, experiências, recursos cognitivos e emocionais que não estão aparentes, mas que influenciam na capacidade de engajamento dos processos proximais (BENETTI *et al*, 2013). Alguns dos recursos detectados foram formação profissional, habilidades psicológicas, criação familiar, experiência passada de já ter trabalhado em um CRAS, a não inserção social na cidade, ser mulher e matriarca de uma família, acolhimento e a busca pela aprendizagem contínua.

A formação profissional do psicólogo, ainda, encontra-se centrada em modelos clínicos, demonstrando uma diferença entre o saber acadêmico, que está sendo repassado, para o que as políticas públicas determinam (ANDRADE, RAMAGNOLI, 2010). Mas a realidade aponta para outra direção, na qual o profissional precisa ser flexível para escutar a demanda social e, na interdisciplinariedade, construir um modelo de atuação. A participante aponta que “[...] o profissional tem que ser adaptável... assim acho que entra muito a questão do cuidado e atenção, mas não sei se isso seria uma técnica, não sei se tem uma técnica, se é uma técnica é automática, não sei [...]” identificando que, para além de uma ideia de aplicação teórica, as ferramentas mais importantes são o cuidado e atenção para com o outro.

A escolha teórico-metodológica do psicólogo pode ser variada, pois não há uma teoria específica preconizada pelo SUAS, mas ela deve estar ressonante com a garantia dos direitos socioassistenciais, que tenham intencionalidade e harmonizem com a política (NERY, 2018; SENRA, 2018). À exemplo, foi observado que a participante aproxima sua atuação da fenomenologia, mas em determinados casos para melhor compreensão é necessário lançar mão de outras teorias, desde que respeitando as próprias crenças e limitações.

Assim como o psicólogo necessita repensar sua própria ‘bagagem’ de conhecimentos, a relação com os demais membros da equipe do CRAS é um importante aliado na construção de uma atuação social. A equipe em que a participante atua consiste em duas equipes, uma de referência, a qual integra junto a uma assistente social e uma equipe volante, a qual integra junto com uma psicóloga e uma assistente social, uma coordenadora, uma orientadora social,

uma recepcionista e uma servente de serviços gerais. Há uma multiplicidade de histórias de vida e olhares sobre os problemas sociais que necessitam ser observados e trazidos à discussão para a melhor compreensão do trabalho na política pública (NERY, 2018; SENRA, 2018).

Mas isso não é sempre fácil, assim como aponta a fala “[...] *É, eu acho que a equipe, dificulta, é um paradoxo, as relações interpessoais no trabalho dificultam bastante. Mas faz parte de todo o trabalho [...]*” trazendo a dificuldade em realizar esse trabalho plural e na atuação interdisciplinar. A equipe a que a participante se refere são seus colegas de trabalho, como a assistente social que é sua dupla de atendimento, a equipe volante que contém uma psicóloga e uma assistente social e a coordenadora do serviço que também é assistente social. Essa equipe, em principal as assistentes sociais, possuem conflitos e uma competição velada entre si, que é percebida pela psicóloga, mas que não é admitida pelas mesmas. O SUAS reconhece a necessidade multiprofissional para melhor atendimento das famílias e indivíduos e suas demandas, buscando numa perspectiva interdisciplinar a força para a mudança e ampliação de ações na área, devendo ser debatido uma construção de identidade coletiva dos trabalhadores do SUAS, pensando nas profissionais de nível superior, de nível médio e fundamental, pois todos se articulam dentro do serviço promovendo uma visão multidimensional da realidade social, a horizontalidade nas relações e o caráter permanente e continuado (ANDRADE, RAMAGNOLI, 2010; OLIVEIRA, *et al*, 2011; NERY, 2018; SENRA, 2018).

As demandas são as disposições comportamentais que movem os processos proximais, oferecendo probabilidade de influenciar no desenvolvimento, são estímulos imediatos em direção à outra pessoa (BENETTI *et al*, 2013). As demandas identificadas foram como ser mulher e ter uma família mononuclear, o sentimento de desvalorização da política e a desmotivação por falta de suporte de chefia.

Segundo uma pesquisa encomendada pelo Conselho Federal de Psicologia em 2012, o número de mulheres psicólogas chegava a nove em cada 10 profissionais formados, o que também é observado na realidade do município da participante que, dentre os 7 profissionais servidores públicos (divididos em saúde (2), educação(1) e assistência social (4)), 5 são mulheres e 2 homens, uma porcentagem um pouco menor mas que ainda demonstra o quanto a psicologia é uma profissão ‘feminina’. Outros aspectos como a faixa etária, raça e atuação estão em concordância com o encontrado na pesquisa. Essa pesquisa também traçou no perfil dos psicólogos que mais da metade possuem filhos e que destes, pouco mais de 20% consegue sustentar sozinho as despesas de casa. Esses dados são importantes para pensar o lugar do ser

mulher, psicóloga, neste contexto e o que isso implica nos processos estabelecidos em sua vida.

Nas emergências escolares, no adoecimento dos filhos, nas férias escolares, enfim, em todos esses momentos dos filhos a psicóloga precisa planejar-se para poder dar conta do microsistema familiar, o que implica em alterações no microsistema de trabalho, como faltas, ausências e questões relativas as preocupações com os filhos (CASTRO, YAMAMOTO, 1998; LHULLIER, ROSLINDO, MOREIRA, 2013; PEREIRA, GUARESCHI, 2017).

A psicologia tem se ocupado de um leque grande de ações no CRAS, mas ainda é possível perceber os resquícios do trabalho com atendimento individual, atendendo demandas de um público que, antes das políticas públicas, não chegava para a(o) psicóloga(o) ou, se chegava, era em pequeno número. Conforme a participante:

“[...]Tem que ter esse equilíbrio, e eu vejo muito as assistentes sociais em atendimento, a pessoa quer falar né, da sua vida e tal e a assistente social pergunta tá mas e tem banheiro, luz, tem água? E corta a pessoa e impede a pessoa de falar o que ela está sentindo, o que ela está passando, e aí eu acho que entra a psicologia, entra o psicólogo nesse sentido de acolher a queixa da pessoa mas aí esbarra nisso né[...]”

Ao apropriar-se do acompanhamento de famílias, a(o) profissional precisa integrar uma postura que ainda está distante das faculdades. Neste trabalho irá deparar-se com os limites técnicos, estruturais e políticos da Assistência Social, algumas vezes trabalhando de forma fragmentada, com um olhar de assistencialismo e ajuda, e não focado na promoção da autonomia. A Assistência Social ainda ocupa, infelizmente, um lugar de desinvestimento por parte dos governantes, sendo um lugar de descrédito da sociedade aliado a trocas de favores políticos, além de ser um lugar de escuta, apoio e busca de direitos. A Assistência Social para ser efetiva necessita de ações macrossistêmicas que proporcionem, de fato, mudanças nos problemas sociais e econômicos (ANDRADE, RAMAGNOLI, 2010; OLIVEIRA, *et al*, 2011; PEREIRA, GUARESCHI, 2017).

Afinal, o objeto de interesse na Política de Assistência Social são as pessoas em vulnerabilidade e/ou risco social, causando constante reflexão sobre essas condições de vida, num olhar crítico e comprometido, não distanciando o(s/as) usuário(s/as) e, sim, pensando na horizontalidade:

“[...] e às vezes a gente pensa como é que uma pessoa pode viver assim, sabe? Isso é uma coisa que me incomoda bastante, que é ver as pessoas estarem nessa situação de sofrimento. E aí que eu digo que

entra a situação de que eles somos nós, que poderia ser eu naquela situação ali [...]”

as ações com esse público perpassam pelo desafio em fazer um atendimento com intuito de emancipar o sujeito assistido diferente do assistencialismo, que vem de uma estratégia de manutenção das desigualdades sociais pela verticalidade que é, exatamente, o que a LOAS vem modificar (ANDRADE, RAMAGNOLI, 2010; OLIVEIRA, *et al*, 2011; YAMAMOTO, 2012).

Seguindo essa dualidade entre assistencialismo e autonomia a fala a seguir exemplifica, mais uma vez, esses conceitos “[...] *mas e é uma coisa que tem dois viéses assim, tu vai ouvir a pessoa, mas pouco tu vai poder fazer que é o que eu te falei, mas o pior é nem ouvir né? Pior ainda, não tiver nem um espaço de escuta[...]*” e segue em outro trecho “[...] *uma mulher que vem aqui, pede uma cesta básica, ela mora com um filho na casa de um homem que não é nada dela, que ela tem que se submeter a morar com ele, provavelmente ter relações sexuais com ele, ou sei lá que tipo de favores sexuais porque ela não tem para onde ir[...]*” ambos tratam da necessidade de dar espaço para que essas demandas cheguem, seja por questões de alimentação, pensando na distribuição de cestas básicas pelo CRAS como uma ação assistencialista, ela se faz necessária pela emergência da família e que, após, será feito o trabalho de busca de autonomia e emancipação do sujeito. Assim, a Psicologia e Assistência Social estão em constante movimento para pensar suas intervenções e manterem o compromisso ético e político com as famílias (ANDRADE, RAMAGNOLI, 2010; OLIVEIRA, *et al*, 2011; YAMAMOTO, 2012).

Esses três aspectos da Pessoa auxiliam na compreensão de como o sujeito biopsicossocial é complexo e traz consigo o desafio de conhecer esses elementos que compõem a pessoa para, então, entender como os processos proximais vão se estabelecer nos ambientes ecológicos em que está circulando. Já conseguiu-se entender esses dois aspectos, Processo e Pessoa que atuam diretamente interligados com os Contextos que serão analisados a seguir.

4.3 CONTEXTO

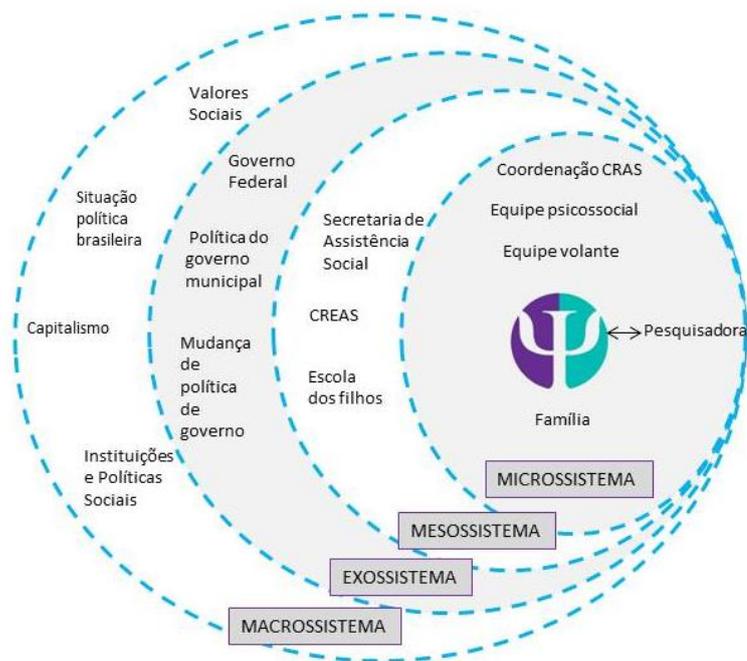


Figura 5. A Psicóloga e os sistemas ecológicos⁹

Já a terceira categoria abordou o Contexto, que se refere ao ambiente em que o organismo se encontra, caracterizada pelos eventos e condições que influenciam ou são influenciados pela pessoa em desenvolvimento. Para Bronfenbrenner (2001) compreender o desenvolvimento exige um percurso amplo de observação dos sistemas de interação social e os aspectos ambientais, para além da situação imediata da pessoa. Para isso, é necessário compreender o desenvolvimento como uma forma contínua e recíproca de trocas entre os aspectos biológicos, psicológicos e sociais num ambiente ecológico.

Pode ser subdividido em quatro níveis ambientais conforme a interação da pessoa com o sistema, o Microssistema, Mesossistema, Exossistema e Macrossistema. Exemplos de eventos e condições que caracterizam os diferentes contextos identificados nesta pesquisa: relação de confiança com a coordenação, bom relacionamento entre os técnicos, ambiguidade de sentimentos com relação ao trabalho, relacionamento familiar, questão dos filhos, gestão da secretaria de Assistência Social, forma de política do governo municipal, desconexão com as demais políticas da rede socioassistencial; situação política brasileira (BHERING, SARKIS, 2009; SILVEIRA, *et al*, 2009; PRAZERES, LEÃO, 2011; PRATI *et al*, 2008).

As mudanças no desenvolvimento da pessoa vão ocorrendo em seu "curso de vida" em decorrência dos processos, tempo e contextos que a pessoa perpassa. Os contextos foram analisados desde os aspectos microssistêmicos, onde ocorrem os processos proximais, até os

⁹ Fonte: Próprio autor.

níveis mais macrossistêmicos, como questões políticas e globais. Para realizar esse estudo, organizou-se a explanação conforme os níveis de complexidade até sua totalidade (SIFUENTES, DESSEN, OLIVEIRA, 2007). Conforme a figura abaixo, pode-se entender como o psicólogo está envolto de diferentes contextos que interagem e atravessam a atuação do profissional e seu desenvolvimento. Os níveis vão aumentando sua complexidade e envolvendo novos contextos ecológicos que por si só tem diferentes sistemas. Também pode ser observado que o pesquisador faz parte deste processo, através da metodologia utilizada da Inserção Ecológica, que interage com o ambiente imediato da participante e produzindo influência nesse processo no espaço de tempo da pesquisa.

No nível do microssistema, têm-se as relações que ocorrem face-a-face e que são influenciadas e influenciadores a nível imediato. Nesse contexto, estão as relações que oferecem apoio ao desenvolvimento da pessoa por meio de afetos positivos, como a cumplicidade com a dupla de trabalho, a relação de confiança com a coordenação, bom relacionamento entre os técnicos, o relacionamento familiar. Também pode ser observado alguns fatores que podem atrapalhar esse desenvolvimento, quando estabelecidas relações negativas ou conflituosas, como a ambiguidade de sentimentos com relação ao trabalho, ser a única responsável pelos dois filhos e habitar em uma cidade distante de sua família de origem (MORELATO, 2011). É no microssistema que o profissional interage diretamente com as demais pessoas, sendo aqui pensado o microssistema de trabalho CRAS, mas que não é o único da pessoa, pois ela transita em outros microssistemas como a família, academia, e demais que fazem parte do seu cotidiano conforme observado.

Essa estrutura de contexto primário e o centro gravitacional do ser biopsicossocial, que permite que o indivíduo observe e atue em atividades conjuntas cada vez mais complexas com o auxílio diretos das pessoas ao seu redor. A relação estabelecida com a dupla de atendimento é um desses exemplos, pois na observação do atendimento da(o) assistente social, a(o) psicóloga(o) aprende sobre esse constructo que é diferente e pode então aproximá-lo de sua visão, construindo junto uma forma de atendimento, por exemplo. A relação positiva com a outra equipe também perpassa por esse mecanismo e que, nas discussões e trocas de conhecimento, possibilitam o desenvolvimento profissional e modificam a forma de atuação, passando essa para mais política, ou crítica ou solidificada (PRATI *et al*, 2008; PRAZERES, LEÃO, 2011; BENETTI, 2013).

É nessas trocas que é possível perceber o desenvolvimento da pessoa, pois nessas relações imediatas há uma reciprocidade que permite a visualização daquilo que esta sendo modificado na forma de exercer a prática psicológica neste contexto. Aqui também é possível

compreender que, como o pesquisador passa a fazer parte deste microsistema, ele possibilita trocas de conhecimentos, favorecendo a compreensão do fenômeno.

O mesossistema compreende a interação entre dois ou mais microsistemas que a pessoa em desenvolvimento está inserida, como a Secretaria de Assistência Social, o CREAS e as escolas dos filhos, onde ambos se vinculam ao microsistema CRAS e podem ser promotores ou inibidores de seu desenvolvimento (PRATI *et al*, 2008; PRAZERES, LEÃO, 2011; BENETTI, 2013). Esses microsistemas se articulam, promovendo novos processos entre as pessoas e os serviços, possibilitando um melhoramento na forma de atuar dentro do seu próprio microsistema, sendo um deles a Rede Socioassistencial, composta pelas três Políticas Públicas da Saúde, Educação e Assistência Social.. Conforme a participantes traz que

“[...] Essas articulações assim. Tanto dentro da própria aqui no caso, quanto em outro setor da secretaria ou no CREAS, no conselho tutelar... enfim tanto em outras políticas assim, na saúde, educação e outras sei lá uma igreja, aqui nunca aconteceu, mas enfim, não, já aconteceu Pastoral da Criança e essas coisas assim. Acho fundamental, porque senão, senão, duas coisas, fica a impressão de que o profissional do CRAS é o detentor de todo o saber que não é né? e.. é fica uma família fragmentada sendo atendida por esse e por esse setor, ou por esses setores, que talvez estejam fazendo a mesma coisa ou talvez estejam tendo objetivos diferentes puxando para lados diferentes e a família fica perdida, fica fragmentada[...].”

Pensando que o foco do atendimento é a família, essas trocas entre os serviços são necessárias para que uns possam auxiliar os outros, em suas especificidades e promover a autonomia da família, onde a política pública seja executada em sua totalidade e garantindo os direitos daqueles cidadãos. Mas essa articulação entre os microsistemas só é possível se, em primeiro momento há essa reciprocidade entre os serviços e a pessoa/profissional estiver disponível a se relacionar e, segundo, se a gestão entende que essas trocas são importantes entre os serviços.

A forma de gestão que a Secretaria adota interfere também diretamente na permissão para que o profissional possa estabelecer sua evolução. O que pode ser percebido em dois aspectos, quando favorece o processo e quando atua como inibidor de desenvolvimento. A gestão, conforme trecho, “[...] *trabalhador tem que ser valorizado e o profissional são um*

trabalhador, se ele for valorizado em vários aspectos, no salário, na valorização mesmo assim, nos detalhes, o trabalhador vai trabalhar melhor[...]” não possui de forma explícita em sua forma de administrar a valorização dos profissionais, isso perpassa também as demais gerências administrativas superiores. Pensando enquanto relação de microssistemas, o profissional está implicado diretamente nesse contexto e é percebido por ele, mas não se sente valorizado nas questões diárias, o que impacta em sua saúde mental pois não se reconhece enquanto um trabalhador valorizado, motivado, num trabalho que lhe desafie a ser resolutivo e lhe dê satisfação. O que é percebido através da Inserção Ecológica é que isso transforma o ambiente de trabalho num estado quase alienante de trabalho, e, quando realizado algo fora da rotina, não se observa o apoio e reconhecimento da gestão para aquilo que está sendo feito.

Durante a Inserção Ecológica, foi observado que tudo que o profissional faz é de sua “obrigação”. Isto é, aquilo que está posto como deveres do profissional, embora ele venha a fazer mais, como planejar eventos, buscar conhecimento de outras políticas ou práticas para melhorar o atendimento do CRAS, criar projetos, entre outras ferramentas possíveis que o profissional traz de sua história de vida ou daquilo que vem estudando demonstrando sua motivação para o trabalho e que, ao invés de ser valorizado, ou é boicotado, o que produz o descrédito do profissional na gestão e a desmotivação, ou é assumido como responsabilidade.

Outra relação que se estabelece é entre os serviços CRAS e CREAS, que atuam em conjunto na Política de Assistência Social, um a nível básico e, o segundo, em nível especial. Os dois equipamentos possuem as mesmas ferramentas de trabalho e predisposições deste olhar para a família, o que aproxima os profissionais, que podem discutir em conjunto casos, formas de atuação e planejamento com as famílias e realizar trocas de experiências. Mas o que é percebido nesse contexto pesquisado é que, por mais que os dois equipamentos sejam semelhantes, a forma como executam a política é distinta e há pouco diálogo entre ambos, o que torna uma relação inibidora de desenvolvimento por não proporcionar trocas, interdisciplinaridade, dialogicidade e aprendizagem (SILVA, CORGOZINHO, 2011).

Como terceiro microssistema que está em interação no mesossistema temos a escola dos filhos, que é um contexto em que a participante precisa estar interagindo, como uma flecha bidirecional refletem a influência recíproca de várias estruturas dentro e fora da pessoa. As questões escolares dos filhos foram observadas quando a psicóloga precisou reorganizar seu planejamento para estar presente em reuniões, atividades festivas e no dia-a-dia com a responsabilidade de buscar o filho na escola, que implica manter um horário fixo e com pouca flexibilidade (HOARE, 2008).

Em um nível ainda mais complexo, temos o exossistema onde dois ou mais contextos que têm influência sobre o desenvolvimento da pessoa, mas no qual o indivíduo não está inserido diretamente (SIFUENTES, DESSEN, OLIVEIRA, 2007; BENETTI, 2013). Este contexto não está diretamente ao alcance da pessoa em desenvolvimento, da mesma forma como os demais ambientes apresentados anteriormente, mas irá interagir no(s) microssistema(s) que a pessoa está inserida. Na pesquisa foram percebidos como exossistemas: a política do governo municipal, o governo federal e a mudança na forma de governo (impeachment).¹⁰

O governo municipal é um dos sistemas que podem facilitar ou inibir o desenvolvimento da pessoa, mas não atuará de modo direto como a gestão da secretaria mencionado anteriormente no microssistema. Aqui, não há uma relação entre os microssistemas diretamente. A participante trouxe como um dos aspectos sobre o governo municipal a valorização dos trabalhadores, abordando não somente a cidade atual, mas baseado em suas experiências profissionais anteriores, algo que parece ser recorrente. Isso é negativo, conforme sua visão, pois os bons profissionais, os que buscam melhorar, se desenvolver, irão procurar outros lugares em que se sintam mais valorizados, conforme o trecho “[...] *Porque as prefeituras não valorizam seus profissionais, então quem é bom vai procurar um trabalho melhor, por isso que acaba sendo que quem fica em prefeitura é medíocre[...]*”. Parece ser algo um pouco forte trazer o termo medíocre, mas no entendimento da participante, medíocre são os profissionais que não buscam mudar, estacionam seu desenvolvimento e mantêm um *continuum* no seu fazer. Isso é semelhante com o que Macêdo (2015) e Oliveira (2014) trouxeram em suas pesquisas sobre a atuação de psicólogos, em que não há incentivo para melhorar e, somado a isso, a alta rotatividade de profissionais, principalmente, em cidades pequenas e médias parece retroalimentar o desinvestimento na captação, formação e permanência de recursos humanos e técnicos qualificados.

Outro aspecto que é percebido nessa relação é o posicionamento do Governo Federal sobre a Política de Assistência Social, que é relativamente nova e teve seu maior crescimento nos governos de cunho popular. A participante relata que “[...] *esse governo tem como objetivo destruir a política de assistência social então eu sinceramente acredito que que é questão de meses, anos para tudo isso que foi construído ser, é..., morrer a mingua, sabe? , vai faltando recurso [...]*” ficando difícil atuar numa política que está, segundo ela, fadada ao

¹⁰ No final do ano de 2015, a Presidente Dilma Rousseff foi acusada pelo Crime de Responsabilidade sendo julgada no dia 31 de agosto de 2016 a perder o mandato de Presidente da República. Assumiu o então, o Vice-Presidente, Michel Temer. Fonte: < <https://historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/impeachment-dilma-rousseff.htm>>

seu fim por interesses políticos. Embora aquilo que a PNAS busca é assegurar direitos, os movimentos políticos vêm sinalizando para uma mudança nesses direitos e no interesse no bem estar social, o que implica na falta de investimento na Assistência Social até a mudança do governo ou seu fim (CARLSON, PINHEIRO, 2013; MOTTA, SCARPARO, 2013).

Isso causa preocupação ao profissional que está comprometido com as demandas sociais e que atua num equipamento que é mantido pelo cofinanciamento federal e, embora extremamente necessário, não é visto com “bons olhos”. Para isso, é necessário que o profissional repense suas intervenções para que estejam em consonância com uma atuação política e crítica, garantindo através de ações coletivas no nível microsocial os tensionamentos para que se consiga persistir na luta para assegurar os direitos sociais e a autonomia, principalmente, dos mais vulneráveis (OLIVEIRA, et al, 2014; YAMAMOTO, 2016).

O macrossistema é um contexto de estrutura ampla e com padrões globais, como a cultura, valores, costumes, sistemas sociais, políticos e econômicos que predominam na sociedade e orientam os comportamentos, sendo influenciadora de todos os demais sistemas (SIFUENTES, DESSEN, OLIVEIRA, 2007; BENETTI, 2013). No estudo foram identificados os seguintes elementos do macrossistema: valores sociais, situação política brasileira, capitalismo e instituições e políticas sociais.

O psicólogo que atua na PNAS precisa compreender o sujeito concreto, inserido numa realidade sócio-histórica-cultural, em que para construir um vínculo, precisa compreender as macroinfluências do contexto e em como utilizará isso no seu método de trabalho. Essa leitura dos valores sociais que integram o sistema, o lugar da pobreza e da vulnerabilidade dentro do modelo capitalista e as políticas sociais existentes são vitais para que se consiga estabelecer uma relação com o(s/as) usuário(s/as) e, assim, desenvolver processos proximais (DARLING, 2007; OLIVEIRA, et al, 2014; YAMAMOTO, 2016).

Bronfenbrenner buscou compreender como as relações interpessoais em diferentes processos e suas variações contextuais são importantes para a compreensão do desenvolvimento da pessoa, dando uma atenção ao ambiente ecológico que está cercado. Há ênfase no caráter sistêmico do desenvolvimento humano para compreender como essas interações no ambiente ecológico afetam o ser biopsicossocial (DARLING, 2007; SIFUENTES, DESSEN, OLIVEIRA, 2007). E essas interações atuam num Tempo, que é chamado como o quinto contexto: cronossistema, que será visto a seguir.

4.4 TEMPO

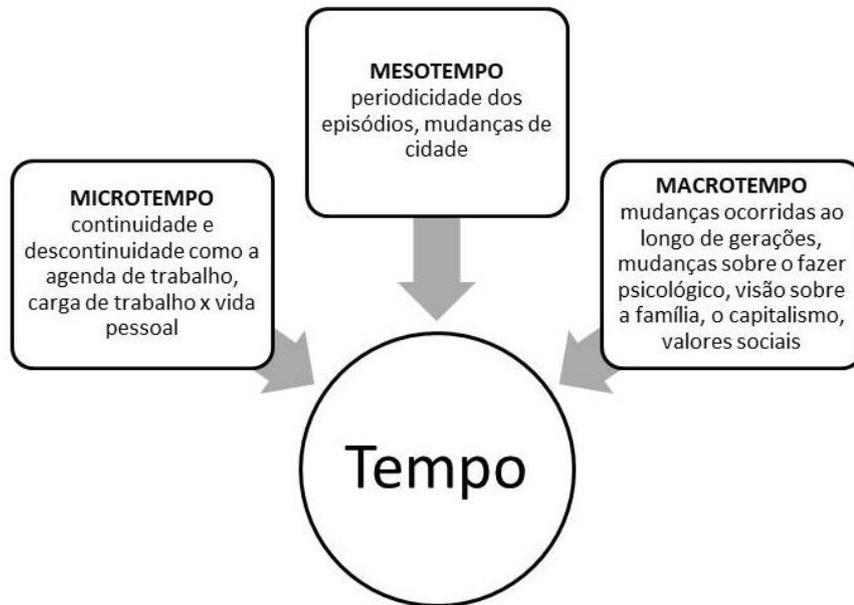


Figura 6. O tempo.¹¹

Por fim, a quarta categoria aborda o aspecto Tempo. Esta se refere às modificações no curso de vida, no ambiente e na sociedade em geral. Também conhecido na teoria como um quinto contexto, o cronossistema, que foi incorporado posteriormente a teoria. Adiciona a dimensão tempo para a compreensão dos outros sistemas, vinculados aos atributos pessoas, processos e contextos. É importante ser ressaltado que as mudanças, seja no nível de microtempo ou de macrotempo afetam o desenvolvimento da pessoa, e essas mudanças podem ocorrer do organismo ou do externo (BENETTI, 2013).

É subdividido em três níveis referidos aos processos proximais, o microtempo – continuidade e descontinuidade como a agenda de trabalho, carga de trabalho x vida pessoal; o mesotempo – periodicidade dos episódios, mudanças de cidade; macrotempo – mudanças ocorridas ao longo de gerações, mudanças sobre o fazer psicológico, visão sobre a família, o capitalismo, valores sociais (BHERING, SARKIS, 2009; SILVEIRA, *et al*, 2009 PRAZERES, LEÃO, 2011; PRATI *et al*, 2008).

Ao analisar o tempo é possível considerar as mudanças do ambiente e a sociedade. O microtempo relacionado ao que é observado nos episódios dos processos proximais (DESSEN, GUEDEA, 2005; PRAZERES, LEÃO, 2011). Com relação ao microtempo, foram

¹¹ Fonte: Próprio autor.

identificadas as questões da carga horária de trabalho que é de 30 horas semanais, divididas em 6 horas diárias, diferente do serviço e da carga horária do Assistente Social que é 40 horas semanais, deixando uma lacuna entre os dois horários, o que implica em uma agenda de trabalho flexível para ambos, sendo que o psicólogo, por ter menor carga horária, acaba sendo prejudicado, pois o profissional pode ter reuniões que o façam chegar mais cedo ou sair mais tarde, em conformidade com os Assistentes Sociais, embora não ganhe hora extra, é uma realidade observada quase toda a semana.

Outro fator do microtempo é a relação entre a carga de trabalho e a vida pessoal, que pode ser percebido como um fator que influencia nos processos proximais, pois, ao ter problemas em casa, isso ultrapassa a relação de trabalho, a exemplo se a participante é chamada na escola de um dos filhos, precisa deixar o trabalho naquele instante para ir em outro contexto, produzindo uma ruptura na relação que estava acontecendo.

No mesotempo é possível observar os processos proximais em intervalos maiores de tempo. Para exemplificar isso, a história da participante no município começa quando ela, antes de atuar neste CRAS, recebe a convocação, onde estava trabalhando anteriormente e local no qual teve alguns problemas com a gestão. Ao planejar sua mudança de cidade, também planejou como iria se inserir nesse novo contexto no qual não tinha nenhuma relação prévia *“[...]é porque eu tenho uma relação com esse município que ela já foi planejada (interrupção) antes de vir para cá, eu tinha um propósito de que quando eu for para lá eu vou fazer isso e isso e não vou fazer isso, isso e isso [...]”* demonstrando uma preparação para sua inserção, que determina como e quando os processos proximais vão ocorrer a nível de interações fora do ambiente familiar. Pois a mesma relata que desde suas compras pessoais busca fazer via internet e que limita sua interação na realidade social ao que é extremamente necessário.

Com relação ao macrotempo, que são as mudanças ocorridas através das gerações e ao longo da vida (DESSEN, GUEDEA, 2005; PRAZERES, LEÃO, 2011). Podem ser percebidos, na fala da participante, questões de sua historicidade como também do momento político e social brasileiro.

Dada à história da participante, ela vem de outro estado, tendo realizado sua formação acadêmica lá, conforme o trecho *“[...]Eu fiz minha faculdade na [nome da universidade], em [nomeda cidade]. Mas primeiro eu comecei na [nome de outra universidade] em [nome de outra cidade], ai fiz dois semestres, ai fiz vestibular de novo e fui estudar na [nome da univeisdade que fez sua formação em Psicologia][...]”*. E, sobre sua formação e currículo, apontou *“[...]na época, não é, em comparação com outros cursos de psicologia que eu já vi,*

que é mais focado pra clinica e mais especificamente focado para psicanálise acho que o meu curso, o meu currículo foi bem amplo[...]” o que possibilitou um percurso de vida diferente do que aponta os estudos (BENETTI *et al*, 2013; OLIVEIRA *et al*, 2014; MACÊDO *et al*, 2015), que demonstram que, a maioria dos psicólogos pesquisados, não teve disciplinas que discutissem questões sociais, sendo alguns ainda bastante focados na clínica tradicional, o que dificulta ainda mais a inserção numa política social.

Sobre o momento político e social brasileiro, a participante trouxe como aspecto que implica na atuação as demandas que as pessoas trazem ao serviço e que estão com elas há gerações, num ciclo de vulnerabilidade que se repete e que, infelizmente, a política pública não consegue dar um fim

“[...] A Assistência Social, pela maioria das coisas, não tá ao nosso alcance, a questão econômica não tá ao nosso alcance, não tá gerações, aquela família tem gerações que tem esse modelo, esse comportamento, esses valores, e aí não tem como tu mudar isso, não é um atendimento que vai mudar isso.[...]”

Onde o modelo de ser família, os valores e comportamentos dos sujeitos está implicado em sua história de vida e de gerações anteriores que viveram da mesma forma. A atuação do psicólogo precisa ser ativa e reflexiva, promovendo a superação dos esquemas de acomodação e adaptação passiva à realidade, buscando o caráter ativo dos seres humanos. Mas isso é possível se as mínimas condições de trabalho forem atendidas, como ter carro para visitas domiciliares, tiver o quadro de profissionais do serviço satisfatório, pois, quando se tem uma equipe mínima do serviço, pode-se esperar que de toda a demanda social, seja atendido o mínimo, por não possibilitar mais disso (MACÊDO *et al*, 2015).

Há uma interação entre os cinco contextos - micro, meso, exo, macro e cronossistema- que estão interconectados, se retroalimentando, influenciando e promovendo interações. Assim, fica claro que o desenvolvimento humano é interativo, contextualizado, ativo e coparticipe no seu próprio processo, mas que também depende desse todo (BENETTI, 2013). Desta forma, percebe-se que o modelo PPCT é um importante aliado para compreender como aspectos podem influenciar na atuação do profissional e o que isso implica em seu desenvolvimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo tratou de analisar no contexto do CRAS a atuação profissional/prática profissional do psicólogo, compreendendo os aspectos biopsicológicos da pessoa e sua reciprocidade nas dimensões de disposição onde foi identificado o interesse pela política do SUAS, atendimento às famílias e o matriciamento sociofamiliar, aspectos relacionados à pessoa como a persistência, responsabilidade, relacionamento ético no trabalho, introspecção e a busca pela aprendizagem. Enquanto recursos foram identificados os aspectos biopsicossociais tais como habilidades psicológicas, experiências anteriores nas políticas, a não inserção social na cidade e a formação profissional, por fim, as demandas foram ser mulher e matriarca de uma família, o sentimento de desvalorização da política, desmotivação por falta de suporte de chefia que intervém no próprio desenvolvimento com relação ao seu trabalho.

Expressando como processos proximais são desenvolvidos e seus efeitos de competência e disfunção neste contexto do trabalho, através do trabalho em multidisciplinar entre Assistente Social e Psicólogo, o trabalho em equipe e as relações entre o profissional e os usuários. Buscou-se entender como os contextos nos quatro níveis ambientais conforme a interação da pessoa com o sistema, o Microsistema, Mesossistema, Exossistema e Macrossistema em que o psicólogo está atuando influenciam reciprocamente no desenvolvimento da pessoa no trabalho, identificando como elementos do contexto a relação de confiança com a coordenação, bom relacionamento entre os técnicos, ambiguidade de sentimentos com relação ao trabalho, relacionamento familiar, questão dos filhos, gestão da secretaria de Assistência Social, forma de política do governo municipal, desconexão com as demais políticas da rede socioassistencial e a situação política brasileira. Por fim, a dimensão tempo e as modificações que ocorrem quanto à agenda de trabalho, carga de trabalho x vida pessoal; mudanças de cidade, mudanças ocorridas ao longo de gerações, visão sobre a família, o capitalismo, valores sociais que afetam os processos proximais.

Mas, conforme a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano identifica, esses elementos estão, todos, sendo articulados e retroalimentando-se através das relações estabelecidas nos processos que envolvem a pessoa dentro de um contexto num determinado tempo. O desafio em identificar de modo separado cada um dos elementos do Modelo PPCT que atua no desenvolvimento do psicólogo serviu para ter uma visão sistêmica de seu desenvolvimento dentro do contexto do CRAS e em como todos os aspectos estão em constante movimento a fim de possibilitar que a pessoa, que é central na teoria, estabeleça processos que possam favorecer ou inibir seu desenvolvimento biopsicossocial.

Nesse sentido, ficou destacado que a atuação do psicólogo perpassa seu desenvolvimento ao longo do tempo, desde sua formação acadêmica até a inserção no campo de trabalho, transitando por diferentes contextos ecológicos e processos com pessoas e elementos desses contextos. Pode ser entendido, assim, como uma atuação bastante pessoal e subjetiva, pois irá trazer aspectos do desenvolvimento que é dessa pessoa, que será diferente do que de outros profissionais. Isso implica dizer que a atuação na política pública vai depender das pessoas que nela estarão inseridas, nas relações que estabelecem e em como os aspectos ecológicos do ambiente estão afetando ou não essas pessoas.

Os estudos revisados para a produção desta dissertação demonstraram que a inserção do Psicólogo em muitos CRAS ainda está bastante atrelada a desenvolver uma intervenção clínica tradicional, embora o MDS deixe claro que o Psicólogo não deverá realizar psicoterapia, é uma realidade vigente, mas que não foi observada no local onde ocorreu a pesquisa, o que é bastante positivo, pois em nenhum momento a psicóloga fez menção ao atendimento psicoterápico, relatando que apenas em determinadas situações faz um atendimento individual, sem o Assistente Social, mas repassa todo o caso após, para dar continuidade no atendimento psicossocial. Isso é um avanço na execução da política no local e que tem pouco mais de três anos, pois a história do CRAS neste local traz, num primeiro momento, a divisão dos atendimentos tendo os/as psicólogas uma sala e os/as Assistentes Sociais outra, onde eram realizados os atendimentos em separado. Após uma das capacitações que a equipe teve em que foi colocado dessa impossibilidade da psicoterapia no CRAS o que fez com que o local fosse reorganizado e as equipes, enfim, realizando atendimentos psicossociais com o/a Assistente Social e o/a Psicólogo atendendo juntos, interdisciplinarmente.

A política da Assistência Social, em comparação com a Política da Saúde, por mais que tenham semelhanças em suas organizações (Sistema Único, divisão por níveis de complexidade, etc.) têm uma importante diferença quando se trata da forma de execução das políticas, partindo da questão de investimento financeiro. O SUS tem estabelecido em Lei um montante que deve ser destinado a Saúde, desta forma, possui também maior rigor na fiscalização do uso destes recursos e, por isso, procedimentos padrões a serem executados, deixando esclarecido o papel de cada profissional na área. Já a Assistência Social é uma área que consta a transferência de renda ¹² e é menos priorizada se pensado os dados financeiros, talvez por ser uma área de pouco interesse político – entende-se por governabilidade- e dessa

¹² Programas Sociais de Transferência de renda como o Benefício de Prestação Continuada e o Programa Bolsa Família, entre outros.

forma, mesmo possuindo mecanismos de fiscalização, em comparação com a saúde, é menos fiscalizada e, por isso, com menos organização, menos produção de dados e menor visibilidade. E isso afeta a atuação profissional, pois o Psicólogo não tem tão esclarecido seu papel na Assistência Social, abrindo possibilidade para uma atuação equivocada com relação a política mas, de outro lado, a possibilidade de criar novas formas de intervenção para além do prescrito.

Outro aspecto importante a ser evidenciado é a formação da psicóloga ser anterior até mesmo da PNAS. Percebeu-se que o envolvimento com a política e o processo de conhecimento da área ocorreram por vontade da própria psicóloga, que motivada pela crença na política foi em busca de materiais para ter conhecimento sobre a área da Assistência Social. Isso demonstra mais uma vez o quanto a disposição da pessoa em relação com um ambiente, realizando processos proximais com efeitos de competência num contexto e tempo favorável promovem o desenvolvimento de um profissional engajado e comprometido com seu trabalho.

Como consideração para estudos futuros, possa ser relevante ampliar o estudo para diferentes contextos de Proteção Social, a fim de identificar as semelhanças e diferenças entre a atuação nos dois níveis que possuem diferenças importantes no público atendido, mas que são de modo elementar, complementares enquanto equipamentos da Política Socioassistencial. Outro ponto importante que pode ser melhor explorado é como o Modelo PPCT pode, então, ser uma ferramenta de trabalho para o psicólogo, pois lhe dará uma compreensão macro sobre o território, as demandas e os próprios usuários(as) e suas famílias.

A atuação do psicólogo no CRAS é bastante complexa e depende de diversos fatores, desde questões do próprio SUAS, questões estruturais, institucionais, de gestão governamental e do percurso que o psicólogo fez até chegar na política pública. Ainda estamos reinventando nossa prática em conjunto com a Assistência Social, é um caminho longo, com altos e baixos, mas do qual não podemos abandonar, pois a cada dia novas demandas sociais estão aparecendo e, mais do que nunca, é necessário que a Psicologia esteja comprometida socialmente e seja resistente aos novos movimentos retrógrados que os governos estão tomando.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. F. de; ROMAGNOLI, R. C. O psicólogo no CRAS: Uma cartografia dos Territórios Subjetivos. *Psic. Ciência e Profissão*. v.30, n.6, p. 604-619, 2010. Disponível em Acesso em 22 de julho de 2017.

AMORIN, K. M. de O. Compromisso Social em artigos publicados em periódicos científicos no Brasil. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Psicologia Pós-Graduação em Psicologia, 2010.

BACKONJA, U.; HALL, A. K.; THIELKE, S. Older Adults' Current and Potential Uses of Information Technologies in a Changing World: A Theoretical Perspective. **International Journal of Aging & Human Development**, v.80, n.1, p. 41–63, 2014. Disponível em < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4522707/> > Acesso em 21 de maio 2018.

BARDIN, A. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa, Po: Edições 70, 2010.

BENETTI, I. C.; VIEIRA, M. L.; CREPALDI, A. M.; SCHNEIDER, D. R.; (2013). Fundamentos da teoria bioecológica de Urie Bronfenbrenner. *Pensando Psicologia*, v.9, n.16, p. 89-99, 2013. Disponível em < <https://revistas.ucc.edu.co/index.php/pe/article/viewFile/620/585>> Acesso em 21 de maio 2018.

BHERING, E; SARKIS, A. Modelo bioecológico do desenvolvimento de Bronfenbrenner: implicações para as pesquisas na área da Educação Infantil. **Horizontes**, v.27, n.2, p.7-20, 2009. Disponível em <[http://www.usf.edu.br/itatiba/mestrado/educacao/upload/Address/RevistaHorizontes_web\[16555\].pdfpage=7](http://www.usf.edu.br/itatiba/mestrado/educacao/upload/Address/RevistaHorizontes_web[16555].pdfpage=7)> Acesso em 23 de agosto 2016

BOCK, A.. A Psicologia no Brasil”. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 30, n. spe, p. 246-271, Dez. 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14148932010000500013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 de maio 2018.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: Assistência Social, 2004.

BRASIL. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos no SUAS – NOBRH/SUAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: Assistência Social, 2006.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: Assistência Social, 2013.

BRONFENBRENNER, U. Environments in developmental perspective: Theoretical and operational models. In: FRIEDMANN, Y. L. & WACHS, T. D. (orgs.). **Captation and assessment of environments across the life**. Washington, American Psychological Association, 1999.

BRONFENBRENNER, U. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos**. Tradução André de Carvalho-Barreto. Porto Alegre: Artmed, 2011

CADONA, E.; SCARPARO, H.. Construcionismo social na atenção básica: uma revisão integrativa. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 20, n. 9, p. 2721-2730, Set. 2015 . Disponível em http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232015000902721&lng=en&nrm=iso Acesso em 22 junho 2017

CARLSON, A. C. R. PINHEIRO, L. de S. Práticas Intersetoriais: Novos Desafios Postos aos Psicólogos na atual política de Assistência Social. *In*: CRUZ, L. R. RODRIGUES, L. GUARESCHI, N. M. F. (Orgs.) **Interloquções entre a psicologia e a política nacional da assistência social**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2013

CASTRO, A. E. F. de; YAMAMOTO, O.H. A Psicologia como profissão feminina: apontamentos para estudo. **Estud. psicol.** Natal , v. 3, n. 1, p. 147-158, June 1998 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1998000100011&lng=en&nrm=iso Acesso em 24 de maio de 2018.

CECCONELLO, A.M.; KOLLER, S.H. Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. v.16, n.3, p. 515-524, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/prc/v16n3/v16n3a10.pdf> Acesso em maio2016

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para atuação do/a psicólogo/a no CRAS/SUAS**. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), 2007. Acesso em 20 de maio de 2017. Disponível em http://crepop.pol.org.br/novo/326_1-documento-de-referencias-tecnicas-para-atuacao-em-crassuas >

CORDEIRO, M. P. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS): uma (breve) introdução. *IN*: CORDEIRO, M. P.; SVARTMAN, B.; SOUZA, L. V. (Orgs.) **Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas**. São Paulo: Instituto de Psicologia, 2018.

DARLING, N. Ecological Systems Theory: The Person in the Center of the Circles, **Research in Human Development**, v.4, n.4, p. 203-217, 2007. Disponível em <https://doi.org/10.1080/15427600701663023> Acesso em 24 de maio de 2018.

FURTADO, J. P.. Equipes de referência: arranjo institucional para potencializar a colaboração entre disciplinas e profissões. **Interface (Botucatu)**, Botucatu: São Paulo, v. 11, n. 22, p. 239-255, Aug. 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832007000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em 21 janeiro 2018

GOMES, L. B. BOLZE, S. D. A.; BUENO, R. K.; CREPALDI, M. A. . As origens do pensamento sistêmico: das partes para o todo. **Pensando fam.**, Porto Alegre , v. 18, n. 2, p. 3-16, dez. 2014 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 21 junho. 2017

HOARE, C. Models of Adult Development in Bronfenbrenner's Bioecological Theory and Erikson's Biopsychosocial Life Stage Theory. *In*: _____, **Handbook of Research on Adult Learning and Development Routledge**, nov., 2008 Disponível em

<<https://www.routledgehandbooks.com/doi/10.4324/9780203887882.ch3>>. Acesso em 21 de maio de 2018.

LEAO, S. M.; OLIVEIRA, I. M. F. F. de; CARVALHO, D. B. de. O Psicólogo no Campo do Bem-Estar Social: atuação junto às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 14, n. 1, p. 264-289, abr. 2014 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812014000100015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 de maio de 2017.

LHULLIER, L. A.; ROSLINDO, J. J.; MOREIRA, R. A. L. Quem são as psicólogas brasileiras? Conselho Federal de Psicologia, 2013.

MACEDO, J. P.; DIMENSTEIN, M.. Expansão e interiorização da Psicologia: reorganização dos saberes e poderes na atualidade. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 31, n. 2, p. 296-313, 2011 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 junho 2017.

MACÊDO, O. J. V.; ALBERTO, M. de F. P.; SANTOS, D. P. dos; SOUZA, G. P. de; OLIVEIRA, V. S. de.. Ações do Profissional de Psicologia no Centro de Referência da Assistência Social. **Psicologia ciência e profissão**, Brasília , v. 35, n. 3, p. 809-823, Sept. 2015 . Disponível <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932015000300809&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 de maio de 2017.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MORELATO, G. Maltrato infantil y desarrollo: hacia una revisión de los factores de resiliencia. **Revista de Psicología**, v. 29, n. 2, p. 203-224, 2011. Disponível em <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-89612011000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 de junho de 2017.

MOTTA, R. F.; CASTRO, T. G.; PIZZINATO, A. A psicologia nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS): um panorama das publicações científicas brasileiras de 2004 a 2014. **Liberabit**, Lima: Peru. v. 21, n. 2, jul. 2015 . Disponível em <http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1729-48272015000200016&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 21 junho de 2017.

MOTTA, R. F.; SCARPARO, H. B. K.. A psicologia na assistência social: transitar, travessia. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte , v. 25, n. 1, p. 230-239, 2013 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822013000100025&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 de junho de 2017.

NERY, V. A Psicologia no SUAS: interdisciplinariedade nos cotidianos de trabalho. *IN: CORDEIRO, M. P.; SVARTMAN, B.; SOUZA, L. V. (Orgs.) Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas*. São Paulo: Instituto de Psicologia, 2018.

OLIVEIRA, I. F. de; COSTA, A. L. F. Psicologia e Política Social: histórica e debate. *IN: CORDEIRO, M. P.; SVARTMAN, B.; SOUZA, L. V. (Orgs.) Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas*. São Paulo: Instituto de Psicologia, 2018.

OLIVEIRA, I. F.; DANTAS, C. M. B.; SOLON, A. F. A. C.; AMORIM, K. M. de O. A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. **Psicol. Soc.**, Florianópolis , v. 23, p. 140-149, 2011 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000400017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 de maio de 2017.

OLIVEIRA, I. M. F. F.; OLIVEIRA, N. L. de A.; NASCIMENTO, M. N. C do; ARAÚJO, R. L.; COELHO-LIMA, F.; AMORIM, K. M. de O.. Atuação dos psicólogos nos CRAS do interior do RN. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte , v. 26, n. spe2, p. 103-112, 2014 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000600011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 de maio de 2017.

PRATI, L. E. et al . Revisando a inserção ecológica: uma proposta de sistematização. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre , v. 21, n. 1, p. 160-169, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722008000100020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 de agosto 2016.

PRAZERES, F. R; LEÃO, M. A. B. G. A inserção bioecológica como método de pesquisa em Psicologia: Uma revisão de literatura. **Anais XV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e XI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba**. 2011. Disponível em <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2011/anais/arquivos/0679_0893_01.pdf> Acesso em 07 de agosto 2016.

SAADALLAH, M. M. (Org.). **Como os psicólogos e as psicólogas podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS):** informações para gestores e gestoras. 1.ED. Brasília: CFP. 2011.

SAÚDE, CN. **Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde**. Disponível em: <<http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>> Acesso em 01 de mai. 2014.

SAÚDE, CN. **Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde**. Disponível em <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>> Acesso em 10 de dezembro de 2016.

SENRA, C. M. G. O grupo no condomínio: relato de experiência sobre a atuação do psicólogo no CRAS. *IN: CORDEIRO, M. P.; SVARTMAN, B.; SOUZA, L. V. (Orgs.) Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas*. São Paulo: Instituto de Psicologia, 2018.

SENRA, C. M. G.; GUZZO, R. S. L.. Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte , v. 24, n. 2, p. 293-299, Ago. 2012 . Disponível em Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 de maio de 2017.

SIFUENTES, T. R.; DESSEN, M. A.; OLIVEIRA, M. C. S. L. de. Desenvolvimento humano: desafios para a compreensão das trajetórias probabilísticas. **Psic.: Teor. e Pesq.**[online]. v.23, n.4, p.379-385, 2007.

SILVA, J. V. da; CORGOZINHO, J. P.. Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: possíveis articulações. **Psicol. Soc.**, Florianópolis , v. 23, n. spe, p. 12-21, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000400003&lng=en&nrm=iso> Acesso em 20 de maio de 2017

SILVEIRA, S. de B. A. B. da; GARCIA, N. M; PIETRO, A. T; YUNES, M. A. M. Inserção Ecológica: metodologia para pesquisar risco e intervir com proteção. **Psicologia da Educação**. São Paulo, n.29, p. 57-74, 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752009000200004> Acesso em 20 de julho 2016.

YAMAMOTO, O. H. 50 anos de profissão: responsabilidade social ou projeto ético-político?. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 32, n. spe, p. 6-17, 2012 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 maio de 2018.

YAMAMOTO, O. H. (Org.); COSTA, A. L. F (Org.). **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil**. Natal: EDUFRN, 2010.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. Política social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.26(Esp.),p.9-24, 2010. Disponível em <<http://periodicos.unb.br/index.php/revistaptp/article/view/20707/14758>>. Acesso em 08 de maio de 2017.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO A

Roteiro Entrevista

Projeto: Psicologia e Políticas Públicas: Saúde e desenvolvimento em contextos de vulnerabilidade social

1. Dados entrevistado:
 - a. Nome:
 - b. Idade:
 - c. Estado Civil:
 - d. Município:

2. Formação/trajetória:
 - a. Instituição de formação:
 - b. Ano de Formação:
 - c. Área de formação:
 - d. Pós-graduação *lato sensu/ stricto sensu* (instituição/ área, tema de pesquisa)
 - e. Disciplinas/ temáticas/ experiências (pesquisa, extensão, eventos) que contribuíram para a atuação nessa política pública
 - f. Lacunas na formação que dificultam o trabalho atual na política de assistência social.
 - g. Fale um pouco de sua trajetória profissional, antes do trabalho no (nome do equipamento) Que outros trabalhos realizou ou realiza?

3. Dados serviços:
 - a. Serviço/ Tipo
 - b. Porte do município
 - c. Equipe
 - d. Atividades
 - e. Público-atendido
 - f. Estrutura física

4. Prática profissional:

- a. Ano de ingresso:
- b. Quais os motivos que te levaram a trabalhar nessa política? Vínculo:
- c. Regime de trabalho:
- d. Você mora no município?
- e. Quais as características do município de trabalho? Quais delas você considera que tem impacto no seu trabalho? Por quê?
- f. Quais as principais demandas para a Psicologia no serviço? Há diferenças com relação a outros profissionais?
- g. Quais as atividades que você realiza no serviço?
- h. Quais são específicas da Psicologia e quais você desenvolve em conjunto com outros profissionais?
- i. Qual o público atendido nessas atividades? Em termos gerais, como você caracteriza esse público (características socioeconômicas, de saúde, etc.)?
- j. Quais as técnicas e/ou instrumentos de trabalhos utilizados na realização dessas atividades?
- k. Quais os conceitos, autores e referenciais técnicos utilizados para a realização do seu trabalho?
- l. Para o desenvolvimento do seu trabalho há articulação com outros equipamentos comunitários e/ou serviços? Como? Cite um exemplo.
- m. Que resultado você visa obter com as atividades que desenvolve com os usuários desse serviço?
- n. Existem peculiaridades no trabalho do psicólogo nessa política? Quais?
- o. Como você avalia a sua prática em termos de pertinência com as necessidades do município?
- p. Quais os aspectos que você considera positivos no seu trabalho?
- q. Como você percebe a influencia destes aspectos positivos na sua prática?
- r. Quais as principais dificuldades do seu trabalho?
- s. Você consegue pensar em estratégias para enfrentar as dificuldades que encontra?

t. Você tem contato com outros psicólogos que atuam nesta política?

**ANEXO B**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINAR EM SAÚDE

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Prof.^a Dr.^a. Samara Silva dos Santos
ENDEREÇO: Av. Roraima, 1000 Prédio 74B, Sala - 3210 - Camobi

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu, _____ tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa **A PRÁTICA DE PSICÓLOGOS QUE ATUAM NOS CENTROS DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL PELO OLHAR DA TEORIA BIOECOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO** na responsabilidade da pesquisadora Prof.^a Dr.^a Samara Silva dos Santos, orientadora da Psicóloga Pós Graduanda Ana Paula Floss Pedrotti, nas unidades de Proteção Social Básica do município (CRAS). Declaro que fui informado, pelo responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento. Para isto, será autorizada ao pesquisador a realização da pesquisa.

Santa Maria,

de 2017

Responsável



ANEXO C

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINAR EM SAÚDE

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Prof.^a Dr.^a Samara Silva dos Santos
ENDEREÇO: Av. Roraima, 1000 Prédio 74B, Sala - 3210 - Camobi

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: A PRÁTICA DE PSICÓLOGOS QUE ATUAM NOS CENTROS DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL PELO OLHAR DA TEORIA BIOECOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Instituição de origem do pesquisador: Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Área de Conhecimento: Ciências Humanas

Curso: Psicologia

Telefone para contato: (55) 99645-2516

Local da Coleta de dados:

Registro no CEP/UFSM: CAAE Nº 45151815.4.1001.5346

Os pesquisadores do projeto acima identificados assumem o compromisso de:

- I. Preservar o sigilo e a privacidade dos sujeitos cujos dados (informações) serão estudados;
- II. Assegurar que as informações serão utilizadas, única e exclusivamente, para a execução do projeto em questão;
- III. Assegurar que os resultados da pesquisa somente serão divulgados de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificar o sujeito da pesquisa.

Os Pesquisadores declaram ter conhecimento de que as informações pertinentes às técnicas do projeto de pesquisa somente podem ser acessadas por aqueles que assinaram o Termo de Confidencialidade, excetuando-se os casos em que a quebra de confidencialidade é inerente à atividade ou que a informação e/ou documentação já for de domínio público.

Santa Maria,..... de 2017.

Assinatura Pesquisador

ANEXO D

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINAR EM SAÚDE

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Prof^a. Dr^a. Samara Silva dos Santos
ENDEREÇO: Av. Roraima, 1000 Prédio 74B, Sala - 3210 - Camobi.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**Projeto: Psicologia e Políticas Públicas: Saúde e desenvolvimento em contextos de vulnerabilidade social**

Estamos realizando uma pesquisa que tem por objetivo conhecer a inserção, a formação e a atuação do psicólogo no campo das políticas sociais no Brasil. Participarão deste estudo psicólogos que desenvolvem atividades profissionais nos seguintes campos: saúde pública (Núcleos de Apoio a Saúde da Família-NASF), assistência social (Centros de referência da assistência social – CRAS e CREAS) e sistema socioeducativo (Instituições de cumprimento de medidas socioeducativas) das cidades de Santa Maria/RS, Brasília/DF e Natal/RN. Os dados serão coletados através de uma entrevista individual, a ser agendada no melhor dia e horário do participante, e terá duração aproximada de 1 hora e 30 min. Os dados obtidos serão mantidos em sigilo e as informações serão utilizadas para fins de pesquisa, sem identificação do nome dos participantes.

As participantes poderão solicitar esclarecimentos sobre os procedimentos e outros assuntos relacionados com a pesquisa, podendo interromper sua participação a qualquer momento, sem que isto lhe traga prejuízo. Considerando a técnica a ser utilizada para a realização desta pesquisa, bem como o fato de que esta não tem por objetivo testar nem experimentar nenhum procedimento novo, julga-se, portanto, a existência de riscos mínimos para os participantes. Contudo, caso sejam identificadas situações de desconforto psicológico, suscitado pela pesquisa, as pesquisadoras responsabilizar-se-ão por avaliar a situação e, se houver necessidade de atendimento psicológico, encaminharão a participante a um serviço de atendimento psicológico. Os benefícios para as participantes poderão decorrer da disponibilidade de escuta oferecida pelas pesquisadoras e das possíveis mudanças qualitativas decorrentes da reflexão sobre o tema. Todo o material coletado nesse centro (UFSM) será mantido em sigilo no Departamento de Psicologia/UFSM, sendo destruído após cinco anos da finalização da pesquisa.

Eu, _____, RG _____,
afirmo através deste termo, que concordei em participar voluntariamente da pesquisa, tendo sido informado(a) sobre seus objetivos e métodos. Concordei com a gravação das informações que fornecerei na entrevista e fui devidamente informado(a) que será garantida a preservação de minha identidade bem como meu direito de solicitar novas informações ou desistir da participação se assim desejar. Declaro que recebi cópia do presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

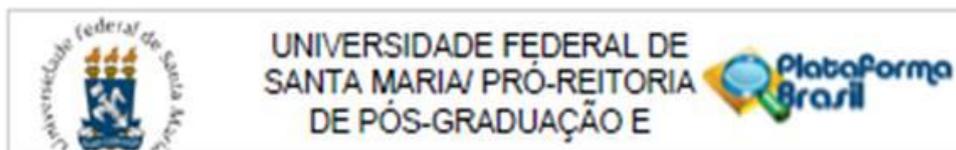
Agradecemos a colaboração dos participantes e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais com a pesquisadora-coordenadora do projeto na UFSM, Prof^ª. Dr^ª. Samara Silva dos Santos, ou com a pesquisadora Ana Paula Floss Pedrotti, contato telefônico no número (55) 99645-2516.

Data: ___/___/___

Participante

Responsável pelo Projeto

ANEXO E



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Psicologia e políticas públicas: Saúde e desenvolvimento em contextos de vulnerabilidade social

Pesquisador: ALINE CARDOZO SIQUEIRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 45151815.4.1001.5346

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Maria/ Pró-Reitoria de Pós-Graduação e

Patrocinador Principal: MINISTERIO DA EDUCACAO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.105.548

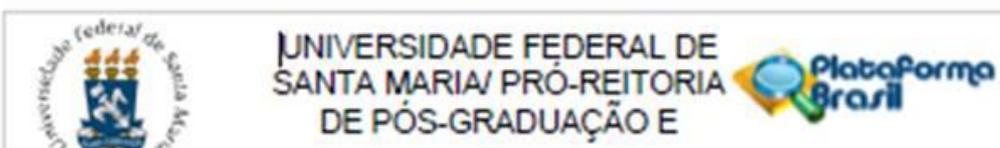
Data da Relatoria: 03/06/2015

Apresentação do Projeto:

O presente projeto de intitula "Psicologia e políticas públicas: saúde e desenvolvimento em contextos de vulnerabilidade social" e está vinculado a Faculdade de Psicologia do Centro de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria.

A formação dos profissionais da psicologia e assistência social tem passado por transformações para que uma atuação em consonância com as políticas sociais brasileiras. Assim, o objetivo desse estudo multicêntrico é conhecer a inserção, formação e atuação do psicólogo e do assistente social no campo das políticas sociais no Brasil. Participarão desse estudo cerca de 100 indivíduos, psicólogos, assistentes sociais do CREAM, CRAD e acolhimentos Institucionais das cidades de Santa Maria/RS, Brasília/DF e Natal/RN, além de usuários dos serviços. Os participantes responderão a uma entrevista semi-estruturada, que será analisada de forma qualitativa. Sub-projetos poderão ser construídos tratando de aspectos mais específicos dentro dessa proposta multicêntrica. Tais projeto serão submetidos posteriormente ao CEP/UFSCM, informando-se a vinculação a esse grande projeto. Todos os preceitos éticos serão considerados. Espera-se que os resultados dessa pesquisa possam problematizar a formação do psicólogo e assistente social da atualidade.

Endereço: Av. Itaipava, 1000 - prédio da Reitoria - 2º andar
 Bairro: Camobi CEP: 97.105-970
 UF: RS Município: SANTA MARIA
 Telefone: (51)3220-9062 E-mail: cep.ufsm@gmail.com



Continuação do Parecer: 1.105.540

Hipótese:

A formação do psicólogo e do assistente social nessas políticas sociais ainda encontra-se precária, tendo como consequência uma dificuldade na atuação profissional.

Este projeto terá abordagem qualitativa. Primeiramente, a pesquisa será realizada pelas três instituições envolvidas, em nível mais abrangente, e trata de um mapeamento da atuação da psicologia e da assistência social em dispositivos variados pertencentes ao campo das políticas públicas.

Critério de inclusão:

Para profissionais: ser psicólogo ou assistente social, atuar trabalhando no CREAM, CRAS e acolhimento institucional municipal. Para os usuários: estar em atendimento nos serviços.

Critério de Exclusão:

Para os usuários, presença de dificuldades cognitivas para compreender e responder à entrevista. Esta informação será fornecida pelo profissional da Psicologia do Serviço.

Tamanho da Amostra no Brasil: 100

Consta de Cronograma e Orçamento.

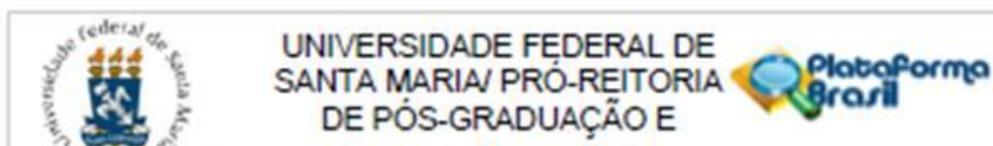
Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: investigar a inserção, formação e a atuação do psicólogo e do assistente social inseridos em instituições que executam políticas sociais.

Objetivo Secundário:

1. Conhecer a inserção do psicólogo e dos assistentes sociais nas instituições CRAS, CREAM e acolhimentos institucionais;
2. Conhecer a formação do psicólogo e dos assistentes sociais que atuam nas instituições sociais CRAS, CREAM e acolhimentos institucionais.
3. Compreender a prática profissional dos CRAS, CREAM e acolhimentos institucionais
4. Investigar junto aos usuários das políticas sociais o trabalho dos profissionais que atuam em tais políticas.

Endereço: Av. Itália, 1000 - prédio da Reitoria - 2º andar
 Bairro: Camobi CEP: 97.105-970
 UF: RS Município: SANTA MARIA
 Telefone: (51)3220-9362 E-mail: cep.ufsm@gmail.com



Continuação do Parecer: 1.105.540

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: esta pesquisa pode ser considerada como de risco mínimo, em decorrência da temática abordada e de não ter um dano evidente na participação da pesquisa.

Benefícios: os benefícios decorrem a constatação das condições dos serviços que executam as políticas sociais, podendo surgir melhoramentos e reflexões sobre a prática nessas instituições. Além disso, a construção de conhecimento no campo das políticas sociais pode gerar novas políticas.

Esta de acordo com o que se propõe o projeto.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

TCLE: Foi apresentado de forma suficiente.

Termo de confidencialidade: Foi apresentado de forma suficiente.

Autorização Institucional: Foi apresentado de forma suficiente.

Registro no GAP: Foi apresentado de forma suficiente.

Recomendações:

Veja no site do CEP - <http://w3.ufsm.br/nucleodecomites/index.php/cep> - na aba "orientacoes gerais", modelos e orientacoes para apresentacao dos documentos. Acompanhe as orientacoes disponiveis, evite pendencias e agilize a tramitacao do seu projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

.

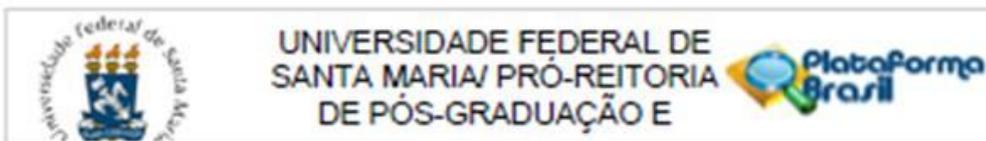
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Itália, 1000 - prédio da Reitoria - 2º andar
 Bairro: Camobi CEP: 97.105-970
 UF: RS Município: SANTA MARIA
 Telefone: (51)3220-9362 E-mail: cep.ufsm@gmail.com



Continuação do Parecer: 1.105.540

Considerações Finais a critério do CEP:

SANTA MARIA, 12 de Junho de 2015

Assinado por:
CLAUDEMIR DE QUADROS
(Coordenador)

Endereço: Av. Itoraima, 1000 - prédio da Reitoria - 2º andar
Bairro: Camobi CEP: 97.105-970
UF: RS Município: SANTA MARIA
Telefone: (51)3220-9362 E-mail: cep.ufsm@gmail.com